

MESTRADO
EM ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO

Liberdade de expressão e educação filosófica

Inês Oliveira de Sousa

M

2024



Inês Oliveira de Sousa

Liberdade de expressão e educação filosófica

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário,
orientada pela Professora Doutora Sofia Gabriela Assis de Moraes Miguens Travis.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Índice

Declaração de honra	6
Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract	10
Índice de Tabelas	11
Introdução	13
Capítulo 1 – Fundamentos teóricos	14
1.1 O que é a liberdade de expressão?	14
1.1.1 Limites da liberdade de expressão	15
1.2 Liberdade de expressão em Stuart Mill	17
1.3 John Dewey e a educação	31
1.3.1 Natureza da experiência	35
1.4 Liberdade de expressão e educação	38
Capítulo 2 – Aplicações práticas	45
2.1 Atividade do parlamento dos jovens: “Viver abril: Caminhos para uma escola plural e participativa”	45
2.1.1 Parlamento dos jovens	45
2.1.2 Fases do programa	47
2.1.3 Calendário escolar	48
2.2 O processo da atividade do Parlamento dos Jovens na escola secundária Carolina Michaelis	49
2.3 Debate escolar entre as listas da escola secundária Carolina Michaelis	52
2.4 Votações e eleições	54
2.5 Sessão escolar	56
2.6 Sessão distrital e Sessão nacional	59
2.7 Promoção da liberdade de expressão no contexto da educação	61
2.7.1 Aprender com a experiência: A importância de ter voz e dar voz	61
2.7.2 Parlamento dos jovens como uma forma de desenvolver competências	67
2.7.3 Outras formas de liberdade de expressão que foram também experienciadas no Parlamento dos jovens	71
2.8 Atividade realizada com os alunos em contexto de sala de aula relativamente à liberdade de expressão	74
Bibliografia	85
Anexos	87
Anexo I	87

Anexo II	88
Anexo III	89
Anexo IV.....	90
Anexo V.....	91
Anexo VI.....	92
Anexo VII.....	93

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseada em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) do presente relatório, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo.

Porto, 25 de junho de 2024.

Inês Oliveira de Sousa

Agradecimentos

Estando agora a terminar o Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário, não faria sentido deixar de expressar toda a minha gratidão a todos aqueles que me acompanharam ao longo de todos estes anos.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, nomeadamente aos meus pais e ao meu irmão, que da forma mais bonita possível, permitiram que hoje estivesse a terminar o mestrado de ensino que tanto me surpreendeu. Ao longo de todo o meu percurso académico, nos momentos mais difíceis, nos momentos mais fáceis, nos momentos de incerteza e até mesmo nos momentos em que tive de tomar as decisões mais difíceis e importantes da minha vida, eles estiveram lá, mostrando-me aquilo que verdadeiramente importa. Através de todo o seu esforço e dedicação e através da passagem dos valores mais nobres e fundamentais, eles fizeram-me acreditar nos meus sonhos e lutar por aquilo que me realiza e hoje posso dizer que estou quase no fim de algo que no início era uma incerteza, depois passou a ser um sonho e hoje é algo que se esta a tornar realidade. Esta vitória também é vossa.

Por outro lado, também não posso deixar de expressar a minha gratidão, ao João, o meu namorado que me acompanhou ao longo destes cinco anos de trabalho e dedicação (licenciatura e mestrado). Ele ensinou-me de uma forma muito diferente e especial o verdadeiro sentido das palavras, companheirismo, compreensão e amor incondicional. Incentivou-me, motivou-me e fez-me acreditar em mim e em todas as minhas capacidades. Nunca permitiu que eu fosse abaixo, lutando sempre ao meu lado e festejando todas as minhas conquistas. Esta vitória também tua.

Gostaria também de agradecer aos meus colegas de curso, especialmente aos meus colegas de estágio, pelo apoio, ajuda e por todas as partilhas ao longo de todos estes anos. Bem como, aos professores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que apesar de toda a exigência que é necessária num curso de ensino como este, também me permitiram ver o outro lado, o lado bonito e fascinante do conhecimento e especialmente do ensino. No entanto, não posso deixar de fazer um agradecimento especial e de expressar também a minha admiração, à Professora Doutora Sofia Gabriela Assis de Moraes Miguens Travis, que aceitou ser a minha

orientadora do relatório de estágio e que me apoiou e me ajudou de uma forma imprescindível. O meu sincero obrigada.

Por fim, agradeço também, à Professora Amélia Castro, a minha orientadora de estágio, na Escola Secundária Carolina Michaelis, por toda a dedicação, esforço, trabalho, força e compreensão, ao longo de todo o estágio. A professora Amélia, permitiu que a minha experiência no estágio fosse muito mais gratificante e prazerosa, nunca desistiu de mim e sempre me incentivou a ser a melhor professora que eu podia ser. Ajudou-me a ganhar confiança em mim mesma e ensinou-me a ser corajosa em todas as situações, por muito que por vezes seja difícil. Obrigada por tudo o que fez por mim.

Resumo

O grande objetivo deste relatório é analisar de forma pormenorizada a participação dos alunos do ensino secundário da Escola Carolina Michaelis na iniciativa do Parlamento dos Jovens no ano 2023/2024.

Assim, tendo em conta que o tema deste ano do Parlamento dos Jovens foi “Viver abril: caminhos para uma escola plural e participativa” e visto que o tema está obviamente relacionado com o 25 de abril e consequentemente com todos os direitos e liberdade que adquirimos hoje graças a este célebre dia, nomeadamente a liberdade de expressão, no primeiro capítulo do meu trabalho irei trabalhar e analisar a liberdade da expressão em Stuart Mill e a importância de os alunos do ensino secundário terem a oportunidade de experienciar a democracia e a liberdade de expressão e como isso pode então ser benéfico para a sua aprendizagem e educação.

No último capítulo dedicado à parte prática, procurei então compreender como é que o Parlamento dos jovens pode ser uma forma de os alunos perceberem a importância da liberdade de expressão e as responsabilidades que esta acarreta e como esta atividade coloca os alunos a experienciar exatamente a democracia e a liberdade de expressão e por fim, procurei também compreender como é que através de todas as fases nas quais os estudantes têm de realizar diversas tarefas de forma autónoma conseguem desenvolver competências cruciais para o seu crescimento e desenvolvimento.

Palavras-chave: Liberdade de expressão, democracia, experiência, parlamento.

Abstract

The main aim of this report is to analyze the participation of the Carolina Michaelis secondary school student in the Youth's Parliament in the year of 2023/2024 in great detail.

Therefore, considering that the theme of this year's Parliament was “Viver abril: caminhos para uma escola plural e participativa” and since the theme is obviously associated with the “25 de Abril” and consequently with all liberty rights and freedom we got that famous day, namely the freedom of speech, in the first chapter of my report work and analyze freedom of speech in Stuart Mill and importance of the students having the opportunity to experience democracy and freedom of speech, and how this could be beneficial for their learning and education.

In the last chapter dedicated to the practical approach, I aimed to then comprehend how the Youth's Parliament could be a means to students to understand the importance of freedom of speech and the responsibilities it entails and how his activity is able to give them exactly the experience of democracy and at last, I aim to comprehend how through all the phases, in which students have to perform various tasks autonomously, they are able to develop crucial competences for their growth and development.

Keywords: Freedom of speech, Democracy, Experience, Parliament.

Índice de Tabelas

Tabela 1- Questão 1.....	77
Tabela 2- Questão 3.....	78
Tabela 3- Questão 4.....	79

Índice de Figuras

Figura 1 Cartaz parlamento dos jovens 2023/2024 retirado do website oficial (Républica A. d., 2024).....	87
Figura 2 Alguns dos cartazes afixados na escola	87
Figura 3 Registos fotográficos debate ensino secundário	88
Figura 4 Votações e eleições dos deputados jovens para a sessão escolar	89
Figura 5 Ata de apuramento dos deputados à sessão escolar	90

Introdução

O objetivo do relatório é analisar a participação dos alunos do ensino secundário da Escola Carolina Michaelis na iniciativa do Parlamento dos Jovens no ano 2023/2024.

Uma vez que o tema deste ano do Parlamento dos Jovens foi “Viver abril: caminhos para uma escola plural e participativa”. O tema está obviamente relacionado com o 25 de abril e os 50 anos desta importante data e dessa forma, ao longo do relatório procurei refletir e analisar sobre um dos principais direitos que ganhamos através do dia 25 de abril de 1974, a liberdade de expressão.

Assim sendo, no primeiro capítulo do meu trabalho apesar de não procurar dar uma definição concreta de liberdade de expressão, irei analisar o que é a liberdade da expressão na obra Sobre a liberdade de Stuart Mill. Além disso, procurarei perceber através de John Dewey como é que a experiência pode ser fundamental para a aprendizagem e para a educação e dessa forma, a importância de os alunos do ensino secundário terem a oportunidade de experienciar a democracia e a liberdade de expressão.

No capítulo da parte prática, procurei compreender como é que o Parlamento dos jovens pode ser uma forma de os alunos contactarem diretamente com a liberdade de expressão em todas as suas formas e perceberem sua importância bem como as responsabilidades que esta acarreta. Além disso, tentei também compreender como é que esta atividade coloca os alunos numa posição na qual têm a oportunidade de experienciar exatamente a democracia e a liberdade de expressão e como isso pode então ser crucial para a sua aprendizagem relativamente à importância da liberdade de expressão. Por fim, procurei também compreender como é que através de todas as fases nas quais os estudantes têm de realizar diversas tarefas de forma autónoma conseguem desenvolver competências cruciais para o seu crescimento e desenvolvimento e que atividades podem ser realizadas em contexto de sala de aula que permitam que os alunos ao mesmo tempo que desenvolvem estas competências também contactam e experienciam este tipo de liberdade.

Capítulo 1 – Fundamentos teóricos¹

1.1 O que é a liberdade de expressão?²

Antes de analisar detalhadamente a ideia de “liberdade de expressão” e em que contexto esta poderá ser importante para o presente relatório, importa compreendermos conceitos como, “expressão”, “liberdade” e por fim, como é que estes se podem relacionar e apresentar-se como um princípio tão importante.

Em primeiro lugar, quando nos referimos a um certo discurso, estamos a pensar no ato de comunicar de uma forma que é crucial para nós enquanto indivíduos, esta forma fundamental pela qual comunicamos trata-se da voz. Assim, neste caso, a voz, não se relaciona apenas com o ato de falar, relaciona-se também com o ato de expressar algo em qualquer meio. Segundo Warburton, a própria palavra “expressão” leva-nos a crer que aquilo que é expresso pode ser de alguma forma, algo subjetivo. portanto, a nossa voz, tem a possibilidade de atingir o fenómeno da expressão de uma forma mais ampla, independentemente daquilo que expressa e a quem é dirigido.

Tendo a liberdade de expressão em mente, importa pensarmos na liberdade negativa, sendo que esta consiste na possibilidade de nos expressarmos sem que alguém ou alguma instituição nos impeça de o fazer. Desta forma, existe uma nítida violação de liberdade negativa, se um indivíduo que não se encontra de acordo com outro for impedido de se expressar apenas porque a sua opinião ou perspetiva está em discordância com o outro.

No artigo 19º, da Declaração dos Direitos Humanos diz:

“Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.”

¹ O subcapítulo 1.2 foi utilizado no trabalho de Filosofia IV, com o consentimento do diretor do mestrado de ensino de filosofia de ensino secundário.

² A minha ideia não é dar uma definição exata de liberdade de expressão, mas sim fazer algumas considerações relativamente a este princípio, de forma a introduzir algumas ideias fundamentais e que sejam importantes para os próximos capítulos e subcapítulos.

(Público, 1978).

Assim, a liberdade de expressão consiste num direito político e valioso nas democracias, para além disso, trata-se de um direito negativo, ou seja, tudo o quanto se exige a quem exerce deste direito, é que ninguém o impeça de o fazer, não se prevê que outros, sendo pessoas individuais ou o estado privem ou façam alguma coisa que se oponha a este meu direito.

Portanto, “A livre expressão é particularmente valiosa numa sociedade democrática. Numa democracia, os eleitores têm interesse em escutar e contestar uma grande diversidade de opiniões e ter acesso a factos e interpretações, bem como a perspectivas contrastantes, mesmo quando acreditam que as perspectivas expressas são política, moral ou pessoalmente ofensivas” (Warburton, 2020, p. 9). Sendo que, um dos limites da liberdade de expressão é no caso desta colidir com um outro direito fundamental, por exemplo, o direito à segurança, desta forma, se há limites para a liberdade de expressão será o direito à segurança, assim, seria problemático se colidissem um com o outro.

1.1.1 Limites da liberdade de expressão

Apesar de tudo o que foi visto anteriormente, é importante notar que a liberdade de expressão não é absoluta. A liberdade de expressão não é algo simples e direto. Os diferentes tipos de expressões podem ter consequências perigosas, desse modo, têm de existir algumas restrições:

"Existem ocasiões em que outros fatores podem ser mais importantes do que a liberdade de expressão. Em caso de grave risco à segurança nacional, por exemplo, ou de grave dano a crianças, muitas pessoas estão prontas para restringir a liberdade de expressão, em algum grau, em prol de outros fins."

(Warburton, 2020, p. 10)

Por consequência, há certas situações, nas quais este tipo de liberdade pode e deve ser restringido em nome de valores como, a segurança e a proteção de indivíduos. Isso leva-nos a querer que este direito fundamental não é absoluto e pode ser limitado em certa circunstância.

Warburton na sua obra realça o argumento de Tim Scanlon, onde afirma que a liberdade de expressão tem consequências. As palavras têm o poder e podem causar danos noutros indivíduos, seja através de ofensas, da violação da privacidade ou de divulgação de informações prejudiciais. Deste modo, devemos ser responsáveis e cuidadosos quando exercemos a nossa liberdade de expressão, tendo sempre em consideração o impacto e o poder das palavras em outros indivíduos.

"Como apontado por Tim Scanlon, a liberdade de expressão tem um custo: Aquilo que as pessoas podem dizer pode injuriar, pode revelar uma informação privada, pode revelar uma informação pública danosa. Não se trata de uma zona livre em que você pode fazer tudo, porque nada importa. A expressão importa." (Warburton, 2020, p. 11)

Desta forma, a dificuldade está exatamente, em percebermos e determinarmos quando é apropriado restringir a liberdade de expressão, ou seja, sem que essa limitação seja equiparada a uma censura indesejável e perigosa. É fundamental encontrar um equilíbrio entre proteger a liberdade de expressão e prevenir danos significativos noutros indivíduos. É crucial, encontrar um equilíbrio entre proteger este direito fundamental, a liberdade de expressão, e ao mesmo tempo, prevenir danos significativos, ou seja, é essencial que este direito seja exercido com a maior das responsabilidades, não nos podemos esquecer do enorme poder das palavras e as consequências que elas podem ter num indivíduo.

A verdade, tal como já referimos, é que a questão dos limites da liberdade de expressão é extremamente complexa, uma vez que, envolve a ponderação entre a proteção desse direito fundamental e a prevenção de danos. No que diz respeito, a sociedades democráticas, embora a liberdade de expressão seja valorizada, ela não é

absoluta e encontra limites quando entra em conflito com outros direitos ou valores igualmente importantes.

Apesar de todos os limites que possam e devam existir, a liberdade de expressão tem um valor inestimável e dessa forma, todas as sociedades democráticas devem cuidar dela garantindo que não se perde este princípio fundamental.

1.2 Liberdade de expressão em Stuart Mill³

Uma das grandes obras filosóficas e políticas que dominou este grande debate filosófico relativamente à liberdade de expressão e os seus limites trata-se da obra, *sobre a liberdade* de John Stuart Mill⁴.

Quando falamos no poder que o estado deve adquirir, os anarquistas são da opinião que não existe um limite aceitável para a liberdade do indivíduo, ou seja, não há um limite que o estado possa impor. Por outro lado, os absolutistas acreditam que o estado não tem nenhum tipo de obrigação de ter em consideração as liberdades dos indivíduos e nesse sentido, pode criar e instituir as regras e restrições que bem entender. Stuart Mill, defende que nem a anarquia nem o absolutismo são aceitáveis e dessa forma, ele propõe-se a definir a sua própria posição relativamente a este assunto. Mas por que motivo Stuart Mill, um real defensor da liberdade, rejeita a anarquia, que muitos indivíduos acreditam que seja a maior forma de liberdade individual? Mill, rejeita a anarquia, porque acredita que se for concedida uma liberdade total aos indivíduos, grande parte deles irão certamente abusar e aproveitar-se dela, algo que não pode acontecer. Daí afirmar que tudo o que é valorizado na existência de um indivíduo se baseie na imposição de restrições às ações de outros indivíduos. A anarquia significa viver sem lei e de acordo com o filósofo, nestas circunstâncias, as vidas dos indivíduos

³ Stuart Mill, ao longo da sua obra *Sobre a Liberdade*, não aborda apenas a liberdade de expressão, ele refere-se a várias formas e tipos de liberdade, no entanto, para o presente relatório decidi utilizar as suas considerações relativamente à liberdade de expressão.

⁴ Apesar do foco deste relatório se tratar da filosofia e visão política de Stuart Mill, importa também sublinhar que este filósofo foi uma das figuras mais emblemáticas no que diz respeito à ética. Defensor do utilitarismo, um tipo de ética consequencialista, Stuart Mill acolheu como o seu princípio básico, o Princípio da utilidade ou Maior Felicidade. A felicidade acima de tudo. “O credo que aceita a utilidade, ou Princípio da Maior Felicidade, como fundamento da moralidade, defende que as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a produzir o reverso da felicidade.” (Mill J. S., 2005, p. 9). Assim, para Mill, a ação moralmente correta, é aquela que produz uma maior felicidade para um maior número de pessoas.

difícilmente valeriam a pena. Tendo em conta que Stuart Mill acredita que a tirania neste momento não pode ser considerada uma hipótese credível, procura, assim, determinar a combinação certa de liberdade e autoridade.

Stuart Mill questiona-se: Que justificação pode ter o estado para interferir e proibir os indivíduos de agirem como desejam ou de obrigá-los a agir contra os seus desejos e aquilo em que acreditam? Assim, observou e concluiu que as sociedades tentaram resolver este problema de formas distintas:

“Algumas, por exemplo, impediram a prática de determinadas religiões ou suprimiram mesmo religião por completo. Outras impuseram a censura na imprensa e noutros meios de comunicação social. Muitas declararam ilegais certas práticas sexuais. Os atos homossexuais entre homens foram ilegais até aos anos 60 na Grã-Bretanha e, embora a prostituição não seja ilegal neste país, continua a ser contrário à lei atrair clientes. Tudo isto são limitações à liberdade das pessoas, levadas a cabo através do exercício do poder estatal.”

(Wolf, 2004, p. 149)

A verdade é que tudo isto que observamos são limitações à liberdade dos indivíduos, colocadas em prática pelo poder estatal. Será que o estado tem o direito de interferir deste modo na vida e nas liberdades dos indivíduos?

Stuart Mill procurou um princípio, que nos permita refletir sobre cada um destes casos, tendo em consideração o seu mérito, ao invés de deixar a questão entregue ao costume arbitrário e à moral popular, algo que Mill repudia. Podemos considerar que a sua resposta é ao mesmo tempo simples e radical, trata-se do princípio da liberdade, mais conhecido como “Princípio do Dano”. (Princípio este que irei explicar detalhadamente no próximo subcapítulo)

A obra, *sobre a liberdade*, de Stuart Mill, para além de tratar o tema da liberdade de expressão e os seus limites, também aborda a questão relativamente aos limites e à natureza do poder que pode ser legitimamente exercido pela sociedade sobre o indivíduo. Stuart Mill acredita que existe o dever de se reservar poderes para o indivíduo.

Nesta clara discussão clássica, no que concerne aos limites da liberdade individual numa sociedade civilizada, Stuart Mill acredita na perspectiva de que a liberdade de expressão é uma pré-condição, por um lado, para a felicidade individual, e por outro lado, para o progresso das sociedades. Sem a liberdade de expressão, os indivíduos não poderiam partilhar certas ideias que contribuiriam para o seu desenvolvimento e progresso. Segundo Mill, “Suprimir uma opinião é uma asserção de infabilidade”, (Mill S. , 2017, p. 33). Preservar este tipo de liberdade aumenta as possibilidades de a verdade emergir através do confronto com o erro e com as meias-verdades. Isso também fortalece as convicções dos indivíduos que, de outra forma, poderiam sustentar posições como dogmas mortos. Para Stuart Mill⁵, enquanto indivíduos precisamos da liberdade de expressão não só para descobrir novas verdades, mas também para compreendermos como podemos guiar a nossa vida. A verdade é que “Como os seres humanos e a natureza humana mudam com o passar do tempo, devemos manter a porta aberta para novas ideias”. (Mill S. , 2017, p. 33). Assim, defendeu que silenciar diferentes opiniões é incorreto, uma vez que, essa atitude se traduz num obstáculo à descoberta e aceitação de novas verdades e por sua vez, novos conhecimentos.

Quando as ideias são verdadeiras, silenciá-las é afastar toda a humanidade da verdade ou de atrasar a sua descoberta. Encontrar novas ideias e verdades é crucial para nós e dessa forma, silenciá-las pode ser prejudicial, principalmente quando diz respeito a um contexto de ensino secundário, tendo em conta que, estamos a lidar com alunos que estão a desenvolver-se, a criar as suas próprias identidades. Num mundo em que todos vivemos temos de ter consciência que a desinformação e a ignorância, não nos permitem seguir em frente e que só nos conduzem ao erro e ao engano. No entanto, de acordo com Stuart Mill, não são unicamente as ideias verdadeiras que não devem ser silenciadas, as ideias que consideramos falsas também não o devem ser, na medida em que podemos estar a

⁵ Para Mill, a felicidade é a única coisa boa em si mesma, ela tem valor em si mesma, olhamos para ela como algo fundamental para nós, mesmo que ela não seja um meio para atingir um fim, ou seja, um meio para atingir outras coisas. No entanto, não podemos estar unicamente preocupados com a nossa felicidade, uma vez que, a nossa felicidade não conta mais do que a dos outros indivíduos, dessa forma, temos de ser imparciais, a felicidade de todos tem a mesma importância. “Os interesses do agente não têm, na verdade, mais importância do que os interesses de quaisquer outros indivíduos, sejam eles quem forem.” (Mill J. S., 2005, p. 9)

considerar uma ideia errada, quando na realidade é tão verdadeira e válida como outra qualquer. Enquanto seres humanos somos falíveis, as ideias que muitas vezes temos como sendo falsas, posteriormente verificamos que não são e dessa forma, é importante estarmos recetivos a todas as ideias que possam surgir, com o intuito de não perder e deitar abaixo algo relevante para o nosso desenvolvimento e conhecimento. Na maioria das situações em que silenciemos algo, não o fazemos com má intenção, simplesmente acreditamos que estamos a silenciar ideias falsas, que não nos dizem nada e que até podem ser prejudiciais, no entanto, mais tarde percebemos que, eventualmente, “calamos” algo verdadeiro e que poderia ter algum valor para nós e para outros indivíduos. Por exemplo: "Foi o que aconteceu aos acusadores de Galileu: pensavam que estavam a silenciar ideias falsas, e afinal estavam a silenciar ideias verdadeiras." (Almeida & Murcho, 2014, p. 58). Naquela época, os indivíduos que acusaram Galileu acreditavam que todas as suas ideias eram falsas e poderiam até ser perigosas para a sociedade, contudo, mais tarde chegamos à conclusão de que Galileu tinha razão e que as suas ideias e pensamentos eram fundamentais para a ciência.

Segundo Mill⁶, quando evitamos que outro individuo crie e articule uma ideia diferente da nossa, não estamos apenas a considerar que aquilo não é verdade, como estamos também a afirmar que aquilo não pode ser verdade e isso para Mill, deve ser encarado como uma asserção de infalibilidade (Cf. Mill, 2017, p. 33). O que Mill pretende afirmar é que todo o censor tem de supor e acreditar que nunca está errado, isto é, tem de supor a infalibilidade. No entanto, isto parece-nos bastante inconcebível, na medida em que, enquanto seres humanos somos passíveis do erro e do engano. O filósofo defende que a principal motivação para a própria censura é a ideia de que a censura é falsa. E dessa forma, ao censurarmos a voz e as crenças de alguém estamos e impedir que grandes ideias cheguem a outros indivíduos.

⁶ Stuart Mill, admite uma visão hedonista qualitativa da felicidade. O hedonismo, trata-se exatamente de sentir prazer e ausência de dor. Assim, ao contrário de Jeremy Bentham que valorizava a quantidade dos prazeres, Mill defendeu que para termos uma vida boa, não chega apenas considerar a quantidade de prazeres, é necessário também ter em conta a qualidade dos mesmos. E isto porque, existem dois tipos de prazeres e uns são mais valiosos do que outros. Mill, defende a existência de prazeres inferiores (corporais) e prazeres superiores (intelectuais), desse modo, estes últimos, segundo Mill, são os mais valiosos e têm prioridade em relação aos primeiros. Portanto, a qualidade dos prazeres é mais importante do que a quantidade. “Para maximizarmos o nosso próprio bem-estar, devemos dar uma forte preferência aos prazeres superiores, recusando-nos a trocá-los por uma quantidade idêntica ou mesmo maior de prazeres inferiores. (Mill J. S., 2005, p. 15)”

Além disso, precisamos das ideias falsas e do seu contraste para sermos capazes de justificar, do modo mais adequado possível, as ideias verdadeiras. Mill acreditava que sem existir uma justificação por de trás das ideias, ter ideias falsas é quase tão mau como ter ideias verdadeiras, se não exigir uma justificação. Aquilo que defendemos, tem de estar bem justificado e argumentado, não podemos deixar de defender as nossas ideias, contudo elas têm de estar bem apoiadas e fundamentadas para não as deixarmos cair em dogmas mortos. Sendo que, quanto mais as tentarem desprezar e rejeitar e quanto mais nós formos capazes de as defender, mais força elas ganham. Mill formula, argumento do dogma, com o intuito de encorajar o debate público e confronto de ideias mesmo quando se trata de crença verdadeira. Este acredita quanto mais colocamos as nossas crenças sob o escrutínio público, esta torna-se uma verdade mais “forte” e na qual os indivíduos não têm dúvida, uma vez que, esta já foi posta em causa pelo público, refletida por todos e defendida/ fundamentada. Portanto, não se torna um dogma morto. Por exemplo: pensemos na seguinte crença: “A terra à volta do sol”, se esta verdade não tivesse passado pelo escrutínio público desde que foi descoberta, poderia ter-se tornado um dogma morto, isto é, uma verdade dogmática. No entanto, como esta foi submetida ao escrutínio público e sobreviveu, pode ser considerada uma crença verdadeira e fundamentada. No caso de não termos oponentes às crenças e ideias que consideramos verdadeiras, segundo Mill, devemos ser nós colocar-nos nessa posição, e pôr em causa as nossas próprias crenças de modo a avaliá-las da melhor forma possível. Mill têm consciência que isto de fazermos de “advogado do diabo” das nossas próprias crenças não é algo fácil, no entanto, é necessário.

Não basta termos uma ideia e partilhá-la, é importante sabermos como defendê-la das críticas, uma vez que, para Mill, um individuo não pode ser visto como “sabedor” de alguma coisa se não souber como defendê-lo. E desta forma, “(...) cada um de nós deveria ir em busca da sua própria critica quando tentamos compreender no que acreditamos e no que não.” (Mill S. , 2017, p. 31). E tal como já observamos, Mill defendeu que todas as opiniões se não forem devidamente desafiadas acabam por ser defendidas como dogmas mortos. O facto de se desafiar uma crença, leva a que o individuo que a defende tenha a possibilidade de clarificar e defender todas as suas ideias. Assim, acabamos por defender crenças porque de facto, as compreendemos e não porque pensamos que são verdadeiras.

“Por exemplo, aqueles que acreditam que a evolução darwiniana é de longe a melhor explicação da adaptação dos animais ao seu ambiente (o que é o caso), podem acreditar que os criacionistas que negam a evolução estão simplesmente errados. Na perspectiva de Mill, os evolucionistas devem tolerar as críticas públicas das suas ideias pelos criacionistas porque isso os força a apresentar as razões a favor da sua crença de que a evolução é a melhor explicação, ajudando-os a mantê-la viva. Através do confronto entre verdade e falsidade, a verdade emergirá vitoriosa e com um maior poder de influenciar a ação. E, além disso, o processo de ver as nossas crenças desafiadas pode levar-nos a modificá-las para melhor, uma vez que muitos desafios contêm um elemento de verdade em si, mesmo quando eles não são tão poderosos como os seus proponentes supõem”

(Warburton, 2007, pp. 133-134)

Aqueles que expõem uma ideia, têm de ser capazes de a defender e justificar. De acordo com Mill, temos demasiado a perder se não formos capazes de justificar as nossas ideias e perspectivas individuais, mesmo que estas sejam verdadeiras.

"Por exemplo, uma pessoa que acredite que o Holocausto existiu, mas seja incapaz de justificar adequadamente a sua crença, tem uma ideia verdadeira, mas dogmática. Para tal pessoa, é vantajoso ser obrigado a responder a quem nega o Holocausto, pois isso obriga-a a procurar justificações adequadas e a estudar mais atentamente."

(Almeida & Murcho, 2014, p. 58)

Stuart Mill acredita que, no que diz respeito a viver sobre um conservadorismo intelectual e emocional, os indivíduos perdem muito mais do que aquilo que ganham. Tendo em conta que, apesar de o conservadorismo nos promover um certo conforto e ordem intelectual, afasta-nos das verdades e das ideias fundamentais que a opressão impede que sejam aceites. Verdade estas que por um lado, são científicas e factuais e que por outro são sobre ideias e sobre a vida humana. “A perda das primeiras causará estagnação económica; mas Mill estava mais preocupado com as últimas”. (Mill S. ,

2017, p. 33). Como já referi anteriormente, segundo Stuart Mill, precisamos da liberdade de expressão e de pensamento, não só, para descobrir novas verdades, mas também para que esta guie a nossa vida e o nosso caminho. A verdade é que, é o próprio indivíduo o maior interessado, com o seu bem-estar, e, portanto, supõe-se que tem consciência de que sabe o que está a fazer e assim, a melhor opção é permitir ele conduza a sua própria vida e o seu caminho, mas sempre sem causar constrangimentos e aborrecimentos nos outros. Apesar disso, a liberdade, nomeadamente a de expressão é fundamental para uma sociedade, contudo, também tem os seus limites.

Todas as considerações que Stuart Mill formula relativamente à liberdade de expressão são importantes e poderosas, uma vez que, ele faz uma defesa forte da liberdade de expressão e acredita que qualquer doutrina e perspetiva deve no mínimo receber a luz do dia e ser ouvida, mesmo que em algum momento possa parecer imoral e descabida para terceiros. No entanto, Mill sugere que são necessárias determinadas normas de conduta que regulem as ações dos indivíduos pertencentes a uma sociedade e comunidade política. Assim, ele identifica uma limitação à liberdade de expressão, trata-se de “um princípio muito simples” tal como ele afirma, intitulado de princípio do dano. Deste modo, o único motivo que pode levar a que a liberdade de expressão seja legitimamente restringida, contra vontade de um indivíduo (numa sociedade civilizada), é evitar danos a terceiros.

Assim sendo, segundo Mill, uma ampla liberdade de expressão é uma pré-condição tanto para a felicidade individual como para o florescimento da sociedade. Ele defende que sem liberdade de expressão a humanidade encontra-se privada de crenças, perspetivas ou ideias que, de alguma forma contribuem para o desenvolvimento humano. Além disso, devemos preservar a liberdade de expressão, na medida em que, esta aumenta a probabilidade de a verdade surgir, a partir da sua confrontação com as falsidades e as meias-verdades.

Por conseguinte, todas as opiniões e crenças, sejam elas verdadeira ou falsa devem e têm de ser valorizadas por nós, dado que, podem reforçar alguma verdade, ou por outro lado, contribuir para a sua emergência. Assim, não devemos silenciar nenhuma opinião, por muito minoritária que ela seja, unicamente porque é defendida por poucos indivíduos e não de trata de algo apoiado pela maioria. De acordo com Stuart

Mill, devemos tentar preservar momentos nos quais as ideias sejam debatidas por todos, de forma a não entrarmos num tipo de estagnação mental que leva à destruição o significado dessas mesmas ideias.

Sintetizando o que foi analisado relativamente à questão da liberdade em Stuart Mill, este admite três principais argumentos a favor da liberdade de expressão: o argumento consequencialista, o argumento da infabilidade e por sua vez o argumento do dogma-morto.

O argumento consequencialista, afirma que uma sociedade ao preservar a liberdade, nomeadamente a liberdade de expressão e a tolerância da diversidade e diferença, maximiza a felicidade, na medida em que, um mercado livre de ideias aumenta as nossas possibilidades de alcançarmos a verdade e eliminarmos os erros e falsidades.

Tal como observamos anteriormente, o argumento da infabilidade afirma que aqueles que procuram silenciar outros indivíduos, fazem-no porque acreditam que a outra opinião é falsa, e assumem assim a infabilidade, no entanto, enquanto seres humanos, somos passíveis aos erros e portanto, não somos infalíveis, estamos propensos ao erro relativamente às nossas perspetivas e crenças. Por outro lado, o conhecimento humano só avança, quando aceitamos que podemos estar errados, mesmo quando temos a certeza da verdade das nossas crenças. Ao negarmos a liberdade de expressão, estamos a assumir que não erramos, mas na realidade somos falíveis, não só erramos como é exatamente, através disso que aprendemos.

Por fim, o último argumento que identificamos, trata-se do argumento do dogma morto. Este afirma precisamente, que as nossas crenças não devem ser dogmas mortos, ou seja, elas têm de ser desafiadas, temos de saber justificar e defender as nossas crenças, as nossas ideias têm de ser vivas, temos de conseguir responder a contra-argumentos, estando assim abertos ao escrutínio de outros indivíduos.

Apesar da forte defesa à liberdade de expressão e da convicção de que só através dela e do confronto de ideias é que os indivíduos evoluem, Stuart Mill, defende também há certos limites que não podem ser ultrapassados e é exatamente aqui que surge o famoso, “princípio do dano”.

1.2.1 Princípio da liberdade - Princípio do dano

Tal como já foi referido anteriormente, o grande objetivo da obra de Stuart Mill, *sobre a liberdade*, é defender um princípio simples, destinado a afirmar que a única “(...) finalidade para qual a humanidade está autorizada, individual ou coletivamente, a interferir na liberdade de ação de qualquer um dos seus membros é a autoproteção” (Mill S. , 2017, p. 62), e assim, a justiça só pode ser exercida sobre algum indivíduo de uma comunidade civilizada, contra a sua vontade, se esta ação tiver como intuito evitar danos a outros.

Antes de compreendermos detalhadamente de que se trata o princípio do dano é importante sublinharmos algo extremamente importante relativamente a este. Stuart Mill, afirma que o seu princípio apenas se aplica a uma comunidade civilizada, ou àquilo que ele próprio afirma como sendo uma comunidade civilizada. A verdade, é que ele defende como indivíduos civilizados, aquelas pessoas que considera como tendo “maturidade das suas faculdades”, dessa forma, exclui automaticamente que este se aplique as crianças e os aqueles indivíduos a que ele atribui o nome de “bárbaros”. Assim, estes são excluídos, uma vez que, a “Liberdade, enquanto princípio, não tem aplicação a qualquer estado de coisas anterior ao tempo em que a humanidade se tornou capaz de ser aperfeiçoada por meio da discussão livre e entre iguais” (Mill S. , 2017, p. 136). Segundo Mill, as crianças não deveriam ser livres de escolher, por exemplo, se queriam ou não aprender a ler, e além disso, o filósofo acreditava que certos povos eram “atrasados” e, dessa forma, deveriam ser tratados como crianças. De qualquer das formas, aquilo que realmente importava para Mill não era propriamente perceber se ele tinha ou não razão relativamente a esta sua ideia das comunidades civilizadas, mas sim a condição que ele estabeleceu para aplicarmos da forma correta o princípio da liberdade que criou.

“A liberdade tem valor como meio de aperfeiçoamento - como meio para o progresso moral. Em determinadas circunstâncias, a liberdade - com igual probabilidade - surtirá o efeito oposto e, por conseguinte, o progresso terá de ser alcançado por outros meios. Mas Mill não tem dúvidas de que quando a sociedade atinge a maturidade — quando progredimos até um

nível civilizado - a interferência estatal sobre a ação individual deve reger-se pelo Princípio da Liberdade.” (Wolf, 2004, pp. 150-151)

Apesar de Mill defender que a censura nunca é defensável, seja ela por que motivo for, ele acredita que em certas circunstâncias devemos limitar a liberdade de expressão, tal como é apresentado no seguinte exemplo retirado da obra do próprio filósofo:

“Uma opinião de que os comerciantes de milho são os responsáveis pela fome do povo, ou de que a propriedade privada é um roubo, não deve ser molestada quando simplesmente circular pela imprensa, mas pode incorrer com justiça em punição quando transmitida oralmente para uma multidão agitada reunida em frente à casa de um comerciante de milho, ou quando brandida no meio da mesma multidão na forma de um cartaz.” (Mill S. , 2017, p. 108)

Portanto, para Stuart Mill, os seres humanos são livres para ter e para dar a sua opinião até ao momento em que essas passam a ser utilizadas de forma a prejudicar outros indivíduos, causando-lhes assim dano, e é exatamente nestas condições que a liberdade de expressão tem de ser controlada e limitada, uma vez que, esta não pode nem deve tornar-se um aborrecimento para outras pessoas. No entanto, tal como devemos limitar a liberdade de expressão nestas circunstâncias, também devemos permitir ideias e opiniões que se encontram de acordo com este princípio, não nos podemos esquecer que nós enquanto seres humanos não somos infalíveis, e dessa forma, devemos estar recetivos a novas verdades, a novas ideias, tendo em conta que a diversidade é um bem e sendo nós tão diferentes uns dos outros também admitimos ideias e opiniões extremamente distintas e é por isso, importante sermos constantemente confrontados como todos os lados da verdade.

De acordo com este filósofo, apenas podemos interferir na liberdade de um indivíduo adulto para impedir o dano, ou ameaça de dano, de outros indivíduos. No entanto, é importante compreendermos o que quer Mill dizer com “dano”. Imaginemos

que um conjunto de indivíduos quer iniciar a prática privada de uma nova religião. Segundo Stuart Mill, isso é completamente legítimo desde que não tentem obrigar outro indivíduo a tornar-se também ele praticante e fiel. Na realidade o resto da sociedade não tem motivo algum para interferir nessa decisão, tendo em conta que, esse comportamento não causa danos a ninguém. No entanto, pode acontecer que um praticante de outra religião, tente levar os indivíduos a acreditar que tal comportamento ou decisão, lhes poderá provocar danos. Por exemplo: “Primeiro, o seu comportamento pagão provoca-me repulsa e angústia. Segundo, estão a estragar-me os planos de converter o mundo inteiro à minha religião. Não é verdadeiro que não provoquem dano a pessoa alguma.” (Wolf, 2004, p. 157)

Esta crítica pode ser pensada de uma outra forma, isto é, podemos dividir as ações em duas classes distintas, ou seja, as ações que dizem respeito unicamente ao próprio indivíduo e as ações referentes a outras pessoas. Desta forma, é impossível afirmarmos que aquelas ações que dizem respeito a outros indivíduos afetem alguém. Por sua vez, as ações que dizem respeito apenas ao próprio indivíduo envolvem exclusivamente o agente a menos que ele deseje envolver outras pessoas. Assim, o “Princípio da Liberdade de Mill reduz-se à afirmação de que, embora possamos regulamentar e supervisionar as ações que dizem respeito aos outros, não podemos interferir nas ações que dizem meramente respeito à própria pessoa. Até aqui, tudo certo.” (Wolf, 2004, p. 158). Apesar deste exemplo que acabamos de analisar nos parece fazer sentido, é insensato pensarmos na existência de ações que apenas digam respeito à própria pessoa que as pratica e que não influencie outros indivíduos. São muito poucos os exemplos de ações que apenas afetem o indivíduo em causa. Contudo, podem até existir e assim sendo, não podemos interpretar o princípio de Stuart Mill de forma a atribuir liberdade individual unicamente no caso de ações referentes ao próprio indivíduo que as pratica, uma vez que, o princípio fica sem propósito de aplicação. É, portanto, claro que o filósofo não desejava que o seu princípio da liberdade fosse interpretado deste modo. Stuart Mill pretendia que:

“(...) a esfera da liberdade não fosse deixada ao “agrado e desagrado” da sociedade. Assim, é óbvio que tinha de distinguir entre as ações que a sociedade, ou os seus elementos, consideram desagradáveis, aborrecidas

ou ofensivas, e as ações que acarretam dano. Para Mill, a mera ofensa, ou desagrado, não corresponde a dano.”

(Wolf, 2004, p. 159)

A verdade é que o argumento de Stuart Mill, defende que a liberdade tem apenas valor em certas circunstâncias, na medida em que, se essas não existirem, a liberdade pode causar muitos danos. Assim, a finalidade do seu próprio bem, seja ele físico ou moral, não chega para permitir que um indivíduo prejudique ou cause danos a outro indivíduo. Não se pode forçá-lo, sem cometer injustiça, a realizar ou a abster-se de algo apenas por ser melhor para o seu próprio interesse agir dessa forma, acreditando que isso o faria mais feliz, porque na opinião de terceiros, seria uma ação sensata, ou até mesmo justa. Tal como temos liberdade de seguir o nosso próprio bem da forma como queremos, também não devemos privar os outros de fazer o mesmo. “Cada um é o guardião apropriado da sua própria saúde, seja corporal, seja mental ou espiritual” (Mill, 2017, p. 65).

Segundo Mill, a humanidade tem muito mais a ganhar com a tolerância mútua, ou seja, viver de acordo com a ideia de que aquilo que é melhor para si nem sempre é o melhor para os outros, e dessa forma, não podemos impedir os indivíduos de seguirem as suas vidas conforme o que consideram ser o melhor para si mesmos, claro que, só lhes é permitido isto, no caso de não causarem danos em outrem. “Na opinião de Mill, prejudicar os interesses de outrem não chega (não constitui condição suficiente) para justificar a limitação.” (Wolf, 2004, p. 160), ou seja, tal como observamos para o filósofo o facto dos indivíduos se sentirem ofendidos por algo que é dito ou escrito não é suficiente para se limitar a sua liberdade de expressão, uma vez que, o “sentir-se ofendido”, não é motivo suficiente para a censura de alguma ideia.

Mas então, quando se referiu ao seu princípio da liberdade, estava a referir-se a que tipo de princípio? Primeiramente ele utilizou repetidamente a nomenclatura dos “interesses” quando formula o Princípio da Liberdade. Por exemplo, quando ele afirma que a sua tese permite “a sujeição da espontaneidade individual ao controlo externo apenas em relação àquelas ações que envolvem o interesse de outras pessoas” (Mill S., 2017). Neste caso, o dano, pode ser compreendido como um “prejuízo de interesses”,

e desta forma, é legítimo pensarmos no princípio de forma que pudéssemos agir da forma que quiséssemos, desde que não prejudicássemos os interesses de terceiros.

Assim, Mill não estava unicamente preocupado com o bem-estar e a segurança financeira dos indivíduos, ele tinha também interesse na sua segurança e proteção pessoal. Portanto:

“(...) o assassinio, a agressão, a violação, o roubo e a fraude constituiriam ações que prejudicam os interesses da pessoa atacada ou defraudada. O Princípio da Liberdade, então, permitiria, justificadamente, a restrição da liberdade de ação dos indivíduos, por forma a impedi-los de perpetrar tais atos. Mas aqui temos de ter cuidado. Mill não diz que a sociedade pode interferir justificadamente na liberdade de ação de uma pessoa sempre que esta ameace prejudicar os nossos interesses.” (Wolf, 2004, pp. 159-160)

Stuart Mill procurou um princípio, que nos permita pensar relativamente a cada caso tendo em conta os seus verdadeiros méritos, ao invés de deixar a questão ao costume arbitrário e à moral popular, isto é, o maior inimigo do filósofo. Podemos considerar que a sua resposta é ao mesmo tempo simples e radical. “O princípio da liberdade de Mill (citado no início deste capítulo) anuncia que só se pode limitar justificadamente a liberdade de ação de uma pessoa se esta ameaçar prejudicar outrem.” (Wolf, 2004, p. 149). Este é exatamente o princípio a que Stuart Mill chama “Princípio do dano”.

“Mill apresentou uma forte defesa da tolerância da liberdade de expressão na maioria dos contextos. Os limites da liberdade de expressão deveriam residir no dano causado pela opinião expressa, em vez de na mera ofensa a outras pessoas. Se alguém abusar da liberdade de expressão e incitar à violência, deve ser censurado. Mas, argumentou Mill, devemos ser livres de exprimir as nossas opiniões até ao ponto em que corremos o risco de prejudicar as outras pessoas: ofendê-las é aceitável.” (Warburton, 2007, p. 132)

O princípio do dano de Stuart Mill, “(...) é ponto central do raciocínio de Mill apresentado ao longo da obra *On Liberty*, a ideia de que indivíduos adultos devem ser

livres para fazerem o que quiserem, contanto que não causem dano a outra pessoa. O princípio de Mill aparenta ser bem direto: a única justificativa para interferir na liberdade de alguém viver sua vida como preferir é se isso representar um risco de dano aos outros” (Warburton , 2020, p. 28). A verdade é que Mill também defende este princípio, uma vez que, corresponde a um filósofo consequencialista⁷, e desta forma, acredita que a sociedade ao preservar a liberdade individual de cada um e se todos forem capazes de tolerar a diversidade isso irá maximizar a felicidade.

“(...) a ideia básica é delinear um sistema de direitos que maximizará a felicidade geral. Ou seja, concedemos às pessoas certos direitos para que se possa obter mais felicidade no seio da estrutura desses direitos do que aquela que seria possível em qualquer outro sistema alternativo. (...) poder-se-ia pensar que, nessas circunstâncias, devia fazer-se apenas uma lei «Agir por forma a maximizar a felicidade» (...) A teoria utilitarista dos direitos fornece exatamente o que faltava: uma doutrina de direitos que não assenta no fundamento falso da teoria dos direitos naturais, nem nas movediças da convenção. Parece permitir-nos compreender a proposta de Mill.”

(Wolf, 2004, pp. 165-168)

Mill procurou um princípio como este porque desejava também, mas não só, proteger a liberdade de pensamento e de expressão, uma vez que, acreditava que isto nos dava uma maior probabilidade de alcançarmos a verdade e o conhecimento, sendo que, nós enquanto indivíduos ao atingirmos a verdade e o conhecimento atingimos também uma maior felicidade e só através do confronto de ideias e da sua partilha, poderemos atingir essa verdade.

⁷ Como já foi referido anteriormente, a ética de Stuart Mill corresponde a uma ética consequencialista, uma vez que o seu utilitarismo consiste num tipo de consequencialismo. Assim, Mill ao defender uma das teorias consequencialistas mais fortes, acredita que as consequências das nossas ações são o padrão crucial da ética. Assim, uma ação moralmente correta, tem de maximizar a felicidade, o prazer. Portanto, se acreditarmos que o bem último é a felicidade, obviamente que também iremos pensar que o critério para definir se uma ação é ou não correta é a promoção da felicidade. Esta ideia leva-nos automaticamente a pensar que aquilo que importa são então, as consequências que advêm da nossa ação. Assim, os utilitaristas, nomeadamente Stuart Mill, acredita que em qualquer circunstância, a melhor ação é sempre aquela que admite as melhores consequências para um maior número de indivíduos.

Stuart Mill considera que tolerar uma vasta liberdade de expressão, só traz benefícios, tanto para a sociedade e como para nos enquanto indivíduos. Além disso, temos de ter um cuidado redobrado quando a temos em causa, uma vez que, também são imensos e perigosos os custos de a suprimir. Desse modo, podemos considerar que limite da liberdade de expressão é quando esta é utilizada de forma a causar danos a outros, portanto, as pessoas devem ser livres, limitando as suas ações até ao ponto em que possamos prejudicar terceiros. Assim, apenas temos justificação para interferir na liberdade de outro indivíduo, se ao longo do processo existir o risco de prejudicamos outros.

Quando falamos de “dano”, estamos a referir-nos a danos físicos e não psicológicos económicos. Dessa forma, é quando existe um incitamento à violência que surgem os limites à liberdade de expressão. Assim, quando algum ato, seja ele qual for constituir um ato danoso, ele é excluído pelo princípio do dano e não pode ser praticado de modo algum.

1.3 John Dewey e a educação

John Dewey tornou-se e continua ainda nos dias de hoje a ser considerado um filósofo extremamente importante e conhecido não só pelas suas teorias filosóficas, mas também pelas suas teorias educacionais e são exatamente estas últimas que nos interessam maioritariamente para o relatório em questão, nomeadamente, algumas das ideias que se encontram na sua obra *Democracia e Educação*.

Segundo Dewey a educação não é meramente uma transmissão de conteúdos e conhecimento, é também uma forma de promover e desenvolver competências dos estudantes. Competências estas que lhes podem ser extremamente úteis ao longo da sua vida, nomeadamente da vida política e democrática.⁸

John Dewey acreditava que a sua filosofia poderia ser pensada como uma teoria geral da educação. Ao longo do seu trajeto, apelou a um maior investimento no que diz respeito aos problemas e as questões que influenciam a vida quotidiana, no entanto, aquilo que o filósofo procurava, era que pensássemos na filosofia de um ponto de vista ligado à própria educação. Isto porque, Dewey acreditava que a educação permite-nos

⁸ Cf (Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2018)

ter acesso a uma forma diferente e privilegiada de compreender o significado humano. De acordo com Dewey, a visão educacional permite-nos compreender também de onde surgem os problemas filosóficos. E dessa forma, se estivermos dispostos a pensar na educação como um processo de desenvolvimento e formação de competências, intelectuais e emocionais, a própria filosofia pode até ser vista como a uma teoria geral da educação.⁹

De facto, Dewey dedicou toda a sua vida às questões relacionadas com a educação. Para além da sua presença ativa no ensino secundário e superior, formulou vários currículos e foi o responsável pela administração de várias escolas e departamentos de educação. Participou também em diversas organizações coletivas, nomeadamente dando palestras internacionais.

O filósofo esforçou-se bastante para unir a criança, a escola e a sociedade e este seu desejo não foi apenas motivado pela sua vontade de encontrar os melhores métodos pedagógicos possíveis. Ele defendia que o caráter, os direitos e os deveres são informações que contribuem para todo meio social, as escolas vistas como locais onde prevalece a aprendizagem, também devem ser locais nos quais todos podem e devem experimentar a democracia, pelo menos ter essa oportunidade. Por muito que identifiquemos a vida democrática como sendo algo que diz respeito exclusivamente à conduta cívica e económica, a vida democrática é muito mais do que isso, ela também está direta ou indiretamente relacionada com hábitos de resolução de problemas, expressão criativa e autogoverno cívico. Daí ser tao importante o papel que a educação tem na democracia. Os alunos passam grande parte da sua semana na escola e dessa forma, esta deve promover atividade que permita que os estudantes contactem com a democracia.

Segundo Dewey, o sucesso ou o fracasso da democracia encontra-se dependente da própria educação. A educação é o fator mais importante para que os indivíduos desenvolvam competências e hábitos essenciais para analisar diferentes crenças e para que sejam capazes de ultrapassar situações problemáticas, aprendendo assim a comunicar abertamente, ao longo de todo o processo. Além disso, apesar de se associar

⁹ Cf (Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2018)

a educação apenas à escola, a educação faz parte da vida de todos e felizmente acompanha-nos sempre. Não podemos esquecer que a maior parte das nossas aprendizagens pessoais advém, tanto das nossas experiências no quotidiano, como da nossa interação com outros indivíduos. Na realidade, estamos em constante aprendizagem e dessa forma, não é sensato reduzir a educação ao contexto escolar e pensar nela como sendo apenas um processo “que prepara estudantes para o futuro”, no entanto também não devemos desvalorizar o papel fundamental que as escolas têm na vida de todos os indivíduos. Até porque quanto melhor for a relação entre a escola e a vida quotidiana melhor e mais estimulante será a aprendizagem das crianças e dos adolescentes.

Portanto, a escola tem de ser vista como um local importante para o quotidiano do estudante. É crucial que as atividades e as práticas escolares estejam relacionadas com a vida de cada um, não deveria existir uma “ruptura” entre a vida dentro da escola e a vida fora dela, assim, deve existir uma relação de continuidade entre a vida do estudante e a vida no interior da própria escola. Quando a escola desvaloriza a experiência anterior e individual do estudante ela acaba por perder parte da sua utilidade.

De facto, a educação a nível escolar é extremamente importante por diversos fatores. Primeiro porque coloca os jovens em contacto com outras pessoas diferentes deles, nomeadamente, professoras, funcionários, diretores e pais de outros estudantes. E toda essa interação social leva-os a aprender, a interagir e conviver com indivíduos diferentes deles, para além de que promove o contacto e a aceitação dessa diferença. É crucial estarmos cientes que a educação num contexto escolar não permite apenas que os estudantes adquiriram novos conhecimentos e aprendam novos conteúdos, a própria educação promove o desenvolvimento de competências sociais. John Dewey, acredita que cada individuo é livre de interagir e de se relacionar com outros e dessa forma é fundamental compreendermos a facilidade com que somos capazes de influenciar outras pessoas e de elas nos influenciarem a nós.

Tal como todos temos conhecimento, é impossível transmitirmos diretamente crenças, sentimentos e conhecimentos, nos indivíduos mais novos. Esta transmissão

acontece através do meio, ou seja, têm de ser dadas aos indivíduos condições para a realização das atividades próprias de cada um.

Segundo Dewey é fundamental existir liberdade para aprender. E por esse motivo, a liberdade tem também um enorme valor pedagógico.

Dewey foi extremamente assertivo quando afirmou que a forma de liberdade mais importante é a liberdade interior, isto é, liberdade de inteligência e de pensamento. Assim, para Dewey a escola deve promover oportunidades de desenvolvimento e crescimento das individualidades sempre dentro de um clima de liberdade, sem a existência deste clima de liberdade não há possibilidade de um crescimento genuíno e contínuo. Deste modo a liberdade torna-se claramente, uma forma de beneficiar a educação. Quando Dewey se refere à liberdade, não é unicamente na sua expressão física ou exterior, no entanto, sem a existência dessa liberdade, um professor nunca será capaz de conhecer verdadeiramente os indivíduos com que terá de lidar ao longo da sua vida profissional. Assim, o silêncio e a obediência forçada impedem que os alunos demonstrem a sua verdadeira essência e a sua natureza. Naturalmente que isto se torna um obstáculo ao processo de ensino-aprendizagem e ao processo de bem-estar escolar. É importante salientar que a questão da liberdade tratada por Dewey está ligada à crítica que John Dewey formula relativamente ao autoritarismo e ao modo como a escola tradicional estaria “organizada”.

A liberdade, para além de permitir que os professores levem os alunos a adquirir um maior conhecimento, ela melhora significativamente as condições do processo de aprendizagem. A verdade é que segundo os tradicionalistas e os seus métodos pedagógicos, a escola deveria estar centrada no programa, ou seja, nos conteúdos e na matéria que tinha de ser lecionada, deste modo, a escola tinha de ensinar de forma disciplinada e o próprio estudante tinha de estar recetivo a isso. Premiava-se assim os alunos que eram capazes de compactuar com este tipo de ensino e que por sua vez, conseguiam “ficar quietos” na sala de aula a ouvir o professor. Dewey defende que também a liberdade de movimento é fundamental para manter a saúde física e mental de todos os indivíduos especialmente das crianças e adolescentes em contexto de sala de aula. Segundo este filósofo é crucial a existência de liberdade na educação e no processo de ensino-aprendizagem, até porque esta ajuda na formação da moralidade

dos indivíduos, e por sua vez, na formação da capacidade de domínio de si mesmo, algo importantíssimo para Dewey.

1.3.1 Natureza da experiência

Dewey fala pormenorizadamente da questão da experiência e da sua natureza. Segundo ele, a natureza/essência da experiência só pode ser verdadeiramente compreendida se tivermos em conta os dois elementos que ela tem em si, o ativo e o passivo, isto quer dizer que, apesar de serem elementos distintos, eles têm um valor muito maior quando são combinados entre si.

Por um lado, a experiência é tentativa (elemento ativo), ou seja, ela acontece quando temos a necessidade de experimentar alguma coisa e de facto fazemo-la. No entanto, a experiência também é sofrimento ou prazer, uma vez que, quando experimentamos alguma coisa nós agimos sobre ela, isto porque, sentimos as consequências que advêm dessa mesma experiência. Nós fazemos alguma coisa ao objeto (aquilo que estamos a experimentar) e por sua vez, o objeto da experiência faz-nos alguma coisa a nós. E assim:

“A conexão dessas duas fases da experiência mede o fruto ou o valor da mesma. A simples atividade não constitui experiência. É dispersiva, centrífuga, dissipadora. A experiência na sua qualidade de tentativa subentende mudança, mas a mudança será uma transição sem significação se não se relacionar conscientemente com a onda de retorno das consequências que dela defluam.” (Dewey, 1916, p. 152).

Quando de uma experiência surgem as suas devidas consequências, sejam elas boas ou más, aprendemos alguma coisa. Por exemplo, pensamos numa criança que coloca a mão no fogo, não existirá nenhum tipo de experiência se ele apenas coloca lá a mão, a experiência surgirá quando esse simples movimento se relaciona com a dor que a criança sente em consequência da sua ação. Depois desta sua experiência, a criança saberá que se colocar a mão no fogo vai queimar-se e sentir dor. A queimadura é unicamente pensada como sendo uma simples modificação física, como se

queimássemos um papel, e assim, é crucial termos consciência da consequência que advirá da ação.

““Aprender da experiência” e fazer uma associação retrospectiva e prospectiva entre aquilo que fazemos às coisas e aquilo que em consequência essas coisas nos fazem, gozar ou sofrer”. (Dewey, 1916, p. 153). Assim, Dewey conclui que nós enquanto seres racionais aprendemos através da experiência, nós experimentamos o mundo de forma a conseguirmos compreender como ele funciona e aprendemos sobre ele através das consequências que advêm das experiências que fazemos com ele.

No que diz respeito à possível relação da experiência com a educação segundo Dewey podemos chegar a duas conclusões distintas importantes para a educação:

“1) A experiência é, primariamente, uma ação ativo-passiva; não é, primariamente, cognitiva. Mas 2) a medida do valor de uma experiência reside na percepção das relações ou continuidades a que nos conduz.” (Dewey, 1916, p. 153).

É um erro pensarmos que é possível compreendermos as diferentes relações que existem no mundo sem a experiência, isto é, sem a combinação da tentativa e do “sofrer as consequências” que advêm das tentativas, por vezes, a experiência pode ter muito mais valor que meras teorias, uma vez que, elas sem a experiências nem verificadas podem ser.

Em grande parte dos casos os estudantes são encarados como meros espectadores no seu processo de aprendizagem, ou seja, eles estão sentados nas suas salas de aula unicamente a ouvir e absorver conhecimentos, que por sua vez, estão a ser transmitidos pelos professores.

“A própria palavra aluno quase chega a significar uma pessoa que não está a passar por experiências frutíferas, senão que está a absorver diretamente os conhecimentos. Costumamos separar a coisa que se chama espírito ou consciência, dos órgãos físicos da atividade. Considera-se o espírito ou a consciência como faculdade puramente

intelectual e cognitiva, e aqueles últimos como fatores físicos intrusos e sem importância. Rompe-se a união íntima da atividade com as consequências que nos faz reconhecer o sentido das coisas; temos, em vez dela, dois fragmentos, de uma parte, a simples ação do corpo; e, por outro lado, as significações e sentidos hauridos diretamente pela atividade “espiritual” (Dewey, 1916, p. 153)

Naturalmente que uma forma de aprendizagem desta natureza, rompe com a própria essência da experiência e com uma possível aprendizagem através da experiência, algo que segundo John Dewey, tem muito mais valor. Os alunos apenas serão capazes de perceber totalmente aquilo que estão a aprender e o seu verdadeiro sentido se experienciarem e compreenderem as consequências que advêm dessas experiências, para além de que só assim serão capazes de entender o quão importante é a experiência para aprendizagem. A verdade é que todos aprendemos muito mais facilmente quando estamos envolvidos em experiências e atividades práticas ou até mesmo interativas que nos deem a oportunidade de aplicar tudo aquilo que estamos a aprender em casos concretos e reais. Para que o processo de ensino e aprendizagem seja de facto bem conseguido, não basta existir alguém (professor) a ensinar e transmitir os conteúdos e o conhecimento e alguém (os alunos), a ouvir e absorver esses conteúdos, é necessário muito mais do que isso, os alunos têm de perceber a relevância prática e real que esses conteúdos podem ter para a sua vida e para a sua aprendizagem, daí Dewey atribuir tanta importância a uma aprendizagem através da experiência.

Dewey, compreende o pensamento como sendo uma capacidade humana que evoluiu para servir os interesses da nossa sobrevivência e do nosso bem-estar, logo, segundo ele, o pensamento, deve ter utilidade prática. Por exemplo, conceitos como “Democracia”, necessitam de ser vividos, necessitam de ser colocados em prática na vida e por meio dela. Por isso, deve ser feito através da experiência e dos meios educacionais. Daí Dewey estar tão preocupado em perceber como os valores democráticos deveriam ser transformados em ações sociais concretas. Dessa forma, se queremos que os alunos compreendam a importância da liberdade de expressão para a democracia e por sua vez, para o contexto escolar na qual estão inseridos, temos de coloca-los a experienciar a mesma, temos de expô-los a situações na qual eles partilhem as suas ideias, opiniões e

perspetivas sobre determinado assunto, ao mesmo tempo que ouvem e respeitam as opiniões de outros colegas e que percebiam que tanto as suas crenças como as dos outros são válidas se forem bem fundamentadas e defendidas e que cada um de nós pode e deve expô-las sem medo de sermos julgados ou censurados. O confronto de ideias, é algo crucial na construção de escolas inclusivas, onde todos se sentem parte do processo e da comunidade.

Dewey afirma que quando a criança chega à escola, ela não é uma página em branco na qual os professores podem escrever todos os conhecimentos que querem que ela adquira, os professores têm de compreender que ela é já é ativa e a escola deve ter consciência disso e orientá-la da melhor forma possível. De acordo com Dewey, a criança traz consigo quatro impulsos inatos, o de comunicar, o de construir, o de perguntar e o de se expressar. Todas elas trazem consigo também interesses e ideias relacionadas com o meio onde estar inseridas, isto é, interesses relacionados com o seu lar, com o seu contexto social, etc. Todos esses impulsos e interesses são a matéria-prima que os professores e a escola precisam de ter em consideração e de investir para o crescimento ativo dos seus estudantes. Assim, Dewey considera claramente possível relacionarmos, os conteúdos e as matérias dos programas das disciplinas ao mesmo tempo que promovemos os desenvolvimentos das crianças e dos adolescentes atendendo aos seus interesses pessoais. Naturalmente, que este processo de aprendizagem tem de ser orientado da melhor forma possível pelos professores.

1.4 Liberdade de expressão e educação

Como já observamos e analisamos anteriormente a liberdade de expressão é crucial numa sociedade democrática e dessa forma, é também fundamental em escolas e sistemas educativos democráticos. Todos nós temos a liberdade de pensamentos, opiniões e ideias. Tal como Stuart Mill afirmou a liberdade de expressão é crucial, têm de existir confrontos de ideias e opiniões para seja possível existir progresso. Só através da descoberta de novas verdades é que somos capazes de adquirir novos conhecimentos, de aprender novas verdades, de nos questionar a nós próprios e por outro lado somos levados a aceitar e respeitar ideias e opiniões diferentes das nossas,

percebendo assim que a diferença existe e que é fundamental para a evolução da democracia e da educação. A liberdade de expressão e a aceitação de que não somos todos iguais, ou seja, que temos opiniões e pensamentos distintos, estando assim sempre propícios a descoberta de novas verdades, ideias e pensamentos, ajuda também da promoção de ambientes plurais e participativos, uma vez que, cada indivíduo sente-se capaz de expressar de forma livre todos os seus pensamentos e opiniões, contribuindo assim para um debate e confronto de ideias saudável e naturalmente que isso, torna todo o processo educativo algo muito mais gratificante e tranquilo.

Assim, segundo Dewey, a experiência é à base da aprendizagem, ou seja, esta corresponde ao ponto de partida de todo o processo de aprendizagem. Ele defende que os alunos aprendem de uma forma mais fácil e eficaz quando se encontram envolvidos em atividades, que lhes permitem desenvolver o seu pensamento crítico e ao mesmo tempo permite-lhes também aplicar diretamente tudo aquilo que aprenderam. Assim, é fundamental a existência de contextos onde os alunos sejam levados a desenvolver determinadas competências, a refletir relativamente às suas experiências e sobre as experiências dos outros, uma vez que é exatamente a partir desse processo que ocorre uma verdadeira aprendizagem. John Dewey, ao longo da sua obra sublinha a importância da educação como um processo permanente e socialmente interessante, além disso realça a ideia da necessidade da existência de uma escola democrática que promova a participação ativa dos estudantes e a centralidade da experiência na aprendizagem. Sendo então, a experiência a base da aprendizagem e da consequentemente da educação, os alunos devem ter a oportunidade de experimentar a própria liberdade de expressão e devem ser confrontados com a livre expressão dos outros, para que assim contactem com este direito fundamental e percebam os benefícios que pode ter, mas também os seus perigos e limites.

Assim sendo, considero que seja de extrema relevância colocar os alunos em posições em que têm de dar a sua opinião, partilhar as suas ideias, os seus pensamentos e as suas convicções com os colegas para que posteriormente possam ouvir e analisar também as perspetivas dos outros, debatendo assim as suas ideias e criando momentos de respeito nos quais todos se sintam bem. É importante que os estudantes percebam que a nossa liberdade termina quando começa a do outro e dessa forma, têm de aprender a ouvir o lado do outro sempre com respeito, uma vez que, todos defendem

posições diferentes e não é por isso que têm menos ou mais valor do que nós. O respeito e a tolerância são princípios que devem estar sempre presentes ao longo da nossa vida, muito mais em ambientes e contextos educativos e escolares, onde os estudantes contactam com diversos indivíduos, extremamente diferentes que não lidam com as situações da mesma forma. É importante que eles compreendam os limites de cada um e que percebam que acima de tudo têm de prevalecer o respeito pelo outro. Nós não somos obrigados a compreender o que os outros defendem, mas somos sim obrigadas a aceitar e respeitar sempre e em qualquer circunstância.

É crucial que tenhamos em consideração a grande diversidade de valores, culturas, raças, línguas, etnias, crenças que nos dias de hoje se encontram no seio das escolas, cada vez mais, as turmas são constituídas por alunos de outros países, que em grande parte das situações nem falam português. Obviamente que esta circunstância leva também à existência de diferenças emocionais e sociais significativas, que muitas vezes não são tão conhecidas e aceites por nós, exatamente por falta de informação relativamente a elas. E dessa forma, é importante aceitarmos e respeitarmos essa diferença, além de que, é fundamental que não deixemos que essa diferença leve ao afastamento dessas crianças e jovens. Eles têm de se sentir parte da comunidade escolar, e isso só acontecerá se sentirem que têm a liberdade de serem quem são e partilhar as suas ideias, crenças, pensamentos e opiniões com os colegas. É importante darmos espaço para que todos possam fazer-se notar, não podemos calar vozes por apenas pensarmos que são diferentes de nós e por isso não se enquadram, temos de ser mais tolerantes e estar mais abertos à diferença e aos benefícios que ela nos poderá trazer. Por muito que pensemos que estamos confortáveis com a nossa realidade e com as nossas opiniões e crenças, o confronto com uma realidade diferente da nossa, nomeadamente com pensamentos e opiniões contrárias, pode levar-nos a descobrir novas perspetivas, ajudar-nos a evoluir, a conhecer outras verdades e por vezes, a pôr em causa aquilo em que acreditamos como sendo a única verdade. Em muitos casos, julgamos que estamos certos e só as nossas perspetivas e pensamentos é que fazem sentido, no entanto, quando somos confrontados com outras crenças, pensamentos e opiniões, isso leva-nos a levantar inúmeras questões e por vezes chegamos mesmo a acreditar que talvez não estejamos tão certos como achávamos e não há problema nenhum nisso, o facto de nos questionar-mos e de procurarmos sempre o conhecimento

e a verdade só faz de nós seres perspicazes, uma vez que, estamos em contante aprendizagem. O importante é termos noção que somos seres humanos e por isso somos falíveis, passíveis ao erro e que a tolerância e o respeito pelas ideias, pensamentos e opiniões do outro, só nos trará benefícios, mesmo que no fim acabemos por manter a mesma opinião que no início desse processo. A verdade é que os sistemas educativos não podem estar estruturados para ajudar apenas os melhores alunos, é crucial adaptarmo-nos às diferentes necessidades de todos e estarmos atentos às suas particularidades. As escolas têm a obrigação de serem inclusivas para todos e permitir que todos se sintam parte do processo. Não nos podemos esquecer que escolas inclusivas promovem um maior desenvolvimento na identidade dos alunos, ajudando-os a autocompreender-se ao mesmo tempo que compreendem os outros e as diferenças existentes. Deste modo, se queremos escolas inclusivas temos de educar os alunos de forma que eles se respeitem a si próprios e aos outros, promovendo assim princípios como a tolerância e ao mesmo tempo, levando-os a compreender quais são seus direitos e as suas liberdades, sempre com o propósito de promover também o respeito e a proteção dos direitos e liberdades dos outros.

Do meu ponto de vista, a promoção da liberdade de expressão é uma ótima forma de caminharmos para uma escola plural e participativa, na qual prevalece sempre a tolerância pela diferença e o respeito por ideias e opiniões diferentes.

Dewey analisa a relação entre educação e democracia, defendendo assim que uma educação democrática é fundamental para o bom funcionamento de uma sociedade democrática. Dessa forma, segundo este filósofo as escolas deveriam ser organizadas de forma a promover a participação ativa dos estudantes na vida democrática. Os estudantes ao experienciarem ativamente parte da vida democrática, vão acabar por adquirir conhecimentos e competências que lhes serão extremamente úteis, para além de que com esta experiência são capazes de compreender melhor a importância do respeito pela liberdade de expressão, a importância de sermos tolerantes com os outros e como tudo toda esta experiência pode ser vantajosa para o desenvolvimento de uma sociedade melhor.

Sendo a experiência algo tão importante para a educação e para a democracia é imperativo que os alunos experienciem a própria liberdade de expressão, para que percebam a sua importância na democracia e na construção de escolas inclusivas, nas

quais todos se sentem parte, se sentem livres de partilhar as suas ideias sem nunca terem medo de possíveis repercussões por parte de outros colegas nem por parte dos professores, isto porque em muitos casos os estudantes, com medo de serem prejudicados pelos professores, decidem guardar para si próprios algo que até poderia ser importante ser partilhado.

Existem diversas formas de promover a liberdade de expressão nas escolas. Por exemplo: Criar momentos de debate ou de diálogos abertos, promovendo assim a existência de momentos em que os estudantes e professores expressem as suas perspetivas relativamente a diferentes temas, acredito que estas interações promovam um ambiente inclusivo onde cada voz é ouvida e respeitada. Tendo em conta, que estamos a falar mais precisamente num contexto de ensino da disciplina de Filosofia, as aprendizagens essenciais, tem no final um conjunto de temas, que os professores podem utilizar para criarem atividades com os alunos, sejam elas debates, discussões, momentos de reflexão, até mesmo escrita e posteriormente partilha de opiniões relativamente a esses temas.

Acredito que a promoção da liberdade de expressão nas escolas pode ser fundamental, tanto no desenvolvimento educacional como no desenvolvimento social dos estudantes. Isto porque, do meu ponto de vista, a liberdade de expressão estimula o pensamento crítico, ela leva os estudantes a questionar, analisar e formar suas próprias opiniões. Para além disso, os alunos aprendem a respeitar os outros e a aceitar, tanto as suas opiniões como as suas diferenças. Ao darmos espaço para eles partilharem aquilo em que acreditam, também estamos a promover o interesse para que eles formulem e organizem os seus pensamentos, isso naturalmente, irá conduzir a um maior desenvolvimento do seu pensamento crítico, onde eles não só terão de partilhar as suas principais convicções, mas também terão de as defender perante outros colegas e professores.

Tenho a convicção de que, ao incentivar a liberdade de expressão, as escolas abrem espaço para a diversidade de perspetivas e posteriormente, abrem também portas para uma escola onde todos sentem que fazem parte do processo e onde se sentem à vontade para partilhar os seus pontos de vista. Jamais nos podemos esquecer que essa variedade de ideias diferentes, enriquece o ambiente escolar e proporciona uma maior compreensão das diferenças. Os estudantes têm de ser tolerantes às

diferenças dos colegas, eles têm de ter noção que somos todos diferentes, temos contextos de vida diferentes e muitas das vezes aquilo em que acreditamos e defendemos tem precisamente a ver com as nossas experiências e contextos, dessa forma, é fundamental ouvirmos e respeitamos aquilo que os outros têm para partilhar connosco.

A verdade é que ao promovermos estas atividades, em que os alunos se podem expressar, estamos também a criar ambientes inclusivos, onde cada voz é ouvida, respeitada e valorizada. Assim, os estudantes vão aprender a respeitar-se mutuamente, a perceber que temos muito mais vantagens do que desvantagens quando partilhamos as nossas opiniões e respeitamos as dos outros. Além disso, a liberdade de expressão é algo poderoso no que diz respeito ao combate à intolerância, ao preconceito e à censura, ao promovê-la, andamos de braços dados com a empatia e a compreensão do outro. Isso contribui para a construção de escolas mais justas e inclusivas.

Portanto, este tipo de liberdade cria um ambiente onde a diversidade de perspetivas é valorizada e onde o diálogo aberto é incentivado. Tal como nos diz John Dewey, na sua obra "Democracia e Educação", a escola é um microcosmo da sociedade e, como tal, deve refletir os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão. "A escola deve ser um lugar onde a liberdade de expressão seja valorizada e incentivada, permitindo que os alunos contribuam ativamente para o ambiente de aprendizagem" (Dewey, 1916, p. 112). Quando os alunos se sentem que podem partilhar os seus pensamentos, as suas ideias e perspetivas, eles tornam-se mais interessados e motivados para o processo de aprendizagem. Isto não acontece só com a partilha de ideias, mas também com a partilha das suas dúvidas em contexto de sala de aula. Muitas vezes os alunos têm receio de tirar e partilhar as suas dúvidas com os colegas e com os professores, às vezes por medo do julgamento, outras vezes por vergonha. Estou certa, de que se promovermos mais momentos em que eles têm oportunidade de ter uma voz e partilhar aquilo que quiserem, vão sentir-se muito mais à vontade quando precisarem de tirar dúvidas ou quando precisarem de algum tipo de esclarecimento. Isto não se aplica apenas ao professor, mas também aos próprios alunos, ou seja, é importante que os estudantes não se sintam apenas à vontade para tirar as suas dúvidas com o professor, mas também sintam que o podem fazer com os seus colegas. Ao incentivarmos o trabalho em conjunto, vamos também estar a promover que eles criem

relações entre eles, que cooperem uns com os outros e que compreendam a importância de ajudar os colegas e de trabalhar em equipa.

Consequentemente, é extremamente importante que eles partilhem as suas experiências em contexto escolar, uma vez que, ao compreendermos a situação de alguém, muitas das vezes, compreendemos também as suas ações e opiniões. Na verdade, a partilha de experiências, sejam elas boas ou más, acaba por aproximar os estudantes, na medida em que percebem que não estão sozinhos e que provavelmente existem mais pessoas que estão a passar pela mesma situação.

No entanto, é importante realçar a ideia de que a liberdade de expressão nas escolas não é, nem pode ser ilimitada, até porque existem indivíduos que não conseguem perceber os limites da mesma. Os professores, funcionários, diretores e os pais, têm a responsabilidade de criar um ambiente onde todas as vozes sejam ouvidas, mas também onde os direitos e a dignidade de cada indivíduo sejam respeitados. Isso significa estabelecer limites claros para o discurso que promova o respeito e a segurança de todos os membros da comunidade escolar.

Capítulo 2 – Aplicações práticas

2.1 Atividade do parlamento dos jovens: “Viver abril: Caminhos para uma escola plural e participativa”¹⁰

É importante salientar que, o grande objetivo da parte prática do relatório consiste, por um lado, na exposição e análise da atividade do parlamento dos jovens 2023/2024, nomeadamente, da escola secundária Carolina Michaelis, cujo o tema se trata de "viver Abril na educação: Caminhos para uma escola plural e participativa", e por outro lado, procura-se compreender como se pode conseguir uma escola com estes valores, ou seja, plural e participativa, por meio da liberdade de expressão e de atividades, tal como a do parlamento dos jovens, que promovam essa liberdade de expressão. Além da análise atividade do parlamento dos jovens, também serão analisadas as várias atividades realizadas com as diferentes turmas, sempre com vista na promoção da liberdade de expressão como forma de permitir tornar a escola mais plural e participativa.

2.1.1 Parlamento dos jovens¹¹

O Programa “Parlamento dos Jovens”, é uma iniciativa da Assembleia da República, direcionada aos jovens do 2.º e do 3º ciclo (ensino básico) e para os alunos do ensino secundário. No que diz respeito a Portugal, nesta iniciativa, podem participar, as escolas do ensino público, particular e cooperativo, tanto do Continente, como das Regiões Autónomas, dos Açores e da Madeira. Este programa anual, finaliza-se com duas sessões nacionais na própria Assembleia da República, sendo uma delas direcionadas para o ensino básico e outra para o ensino secundário.

Para este relatório, o foco irá incidir sobre o ensino secundário, no entanto, ao longo do processo, tive a possibilidade de estar presente em algumas sessões destinadas ao ensino básico, o que foi extremamente importante, na medida em que me permitiu ter contacto com estudantes mais novos, que têm também uma visão diferente

¹⁰ Cartaz com o tema e as datas em anexo (1)

¹¹ Cf (República A. , 2024)

relativamente à liberdade de expressão e à forma como a podem utilizar em contexto escolar e fora dele.

Os grandes objetivos do programa divulgados no site oficial do programa do Parlamento dos jovens são os seguintes:

- Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política;
- Dar a conhecer a Assembleia da República, bem com o significado do mandato parlamentar, as regras do debate parlamentar e o processo de decisão do Parlamento, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses;
- Promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões;
- Incentivar a reflexão e o debate sobre um tema, definido anualmente;
- Proporcionar a experiência de participação em processos eleitorais;
- Estimular as capacidades de expressão e argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria;
- Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetem o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político.” (Républica A. , 2024)

Para além de todos estes objetivos apresentados pela Assembleia da República, incluo um outro, que acredito que seja igualmente importante e que por outro lado vai de encontro ao próprio tema deste ano do Parlamento dos Jovens e do tema do meu relatório de estágio. Do meu ponto de vista, um dos grandes objetivos do Parlamento jovem é também “Promover e proteger a liberdade expressão dos estudantes”. A verdade é que ao ser dada aos alunos esta oportunidade de partilhar as suas crenças, opiniões e ideias, muitos deles que anteriormente não se sentiam integrados na comunidade, agora sentem que podem participar, sentem que fazem parte e que podem partilhar as suas ideias e opiniões com o resto da comunidade, sem medo de serem desprezados e humilhados. Quando os estudantes sentem que podem expressar suas opiniões e crenças de uma forma livre, sentem que têm uma voz ativa, sentem que estão a participar, uma vez que, só o facto de sentirem que estão a ser ouvidos sem

medo de serem julgados já lhes dá também outro tipo de responsabilidade perante a escola, neste caso, a Escola Secundária Carolina Michaelis. Para além disto, os alunos não só sentem que têm uma voz ativa como percebem que podem e devem utiliza-la, aprendem também respeitar e compreender a diferença e diversidade de opiniões, não nos podemos esquecer que grande parte das nossas crenças encontram-se relacionadas e dependentes das nossas vivências e experiências de vida, portanto, cabe-nos a nós enquanto, parte da comunidade, incentivar os alunos a serem tolerantes com os outros e antes de intervirem, primeiro tentarem compreender o lado e as circunstâncias do outro.

2.1.2 Fases do programa

O Programa Parlamento dos Jovens desenvolve-se em diversas fases do decorrer do ano letivo tal como iremos verificar já de seguida.

1.ª fase: Escola

Nesta primeira fase é realizado, um debate relativamente ao tema proposto anualmente, realizado unicamente entre a comunidade escolar, sem figuras de fora da escola ou então podem existir convidados, como especialistas do tema que está a ser discutido.

Para além disso, se as escolas assim o entenderem, também podem organizar um debate diferente, onde têm o gosto de contar com a participação de um Deputado da Assembleia da República. Após o convite da escola à Assembleia, obviamente dentro dos prazos definidos, a escola recebe um deputado no dia do debate que de preferência é realizado à segunda-feira. No que diz respeito às escolas da Região Autónoma dos Açores e da Madeira, estas podem também convidar um Deputado da Assembleia Legislativa de cada uma das regiões.

Depois do debate, é agendado um dia para se realizarem as votações das diferentes listas e posteriormente a contagem dos votos.

Após as votações e a contagem dos votos existe uma sessão, à qual se atribui o nome de Sessão Escolar, nesta sessão, são discutidas e aprovadas as diferentes medidas

das listas e elegem-se os diferentes deputados que irão representar a escola nas sessões seguintes.

2. ª fase: Distrito/Região Autónoma

A segunda fase desta atividade é destinada à realização de Sessões Distritais ou Regionais, onde se reúnem os todos deputados que representam cada uma das escolas. Nesta sessão, os deputados discutem de forma aprovar os Projetos de Recomendação, para que depois seja possível submetê-los à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens e dessa forma, eleger os deputados que irão representar a escola nesta Sessão.

3. ª fase: Assembleia da República

A terceira fase trata-se da Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens, nesta reúnem-se os deputados, a nível nacional, ou seja, os deputados que foram escolhidos para representar os distritos e regiões autónomas. Esta sessão é dedicada ao debate, onde se aprova a recomendação final relativamente ao tema daquela edição do Parlamento dos Jovens.

2.1.3 Calendário escolar

No que diz respeito ao calendário do Programa, este é definido todos os anos e posteriormente é divulgado na página web do Parlamento dos Jovens. Normalmente segue-se da seguinte forma:

No mês de junho/ julho, há uma deliberação da Comissão Parlamentar com competência na área da Educação relativamente aos temas propostos e a debater no ano letivo seguinte. Para além disso, define-se possíveis ajustes no modelo das Sessões.

Em setembro, as escolas que pretendem participar inscrevem-se de outubro a janeiro, realizam-se os debates nas escolas, para que depois seja possível existir uma votação das listas candidatas e posteriormente é realizada a sessão escolar, onde são escolhidos os deputados que vão representar a escola na sessão distrital, bem como as medidas que serão levadas para debater nessa mesma sessão.

Por sua vez, de fevereiro a março, são realizadas as sessões Distritais/Regionais com os jovens deputados escolhidos em cada uma das escolas. Nesta sessão os jovens deputados têm o prazer de contar com a presença de um Deputado da Assembleia da República. Este é o momento em que é aprovada a Recomendação do círculo eleitoral e para além disso, são eleitas as escolas que vão representar cada um dos distritos ou das regiões autónomas na Sessão Nacional.

No mês de maio ocorrem as Sessões Nacionais na Assembleia da República, do ensino básico e do ensino secundário. Estas decorrem ao longo de dois dias. No primeiro dia, realizam-se as Reuniões da Comissão, lideradas por Deputados da Assembleia da República. Cada uma das comissões debatem entre si os projetos de 5 ou 6 círculos eleitorais. No final aprova-se um texto comum. Por sua vez, o segundo dia diz respeito à sessão plenária esta mesa é conduzida pela mesa dos jovens deputados eleitos. Ao longo da primeira parte da sessão, há espaço para a realização de perguntas aos Deputados da Assembleia da República, enquanto na segunda parte da sessão, os jovens deputados debatem entre si as medidas que foram aprovadas anteriormente nas Comissões. Posteriormente são selecionando dez que irão integrar a recomendação final à Assembleia da República.

2.2 O processo da atividade do Parlamento dos Jovens na escola secundária Carolina Michaelis

Como referi anteriormente, a escola secundária Carolina Michaelis, à semelhança dos anos anteriores, participou no Parlamento dos Jovens. Desta forma, tanto a escola como a professora organizadora e nós (estagiários) enquanto comissão eleitoral começamos desde o início do ano letivo a sensibilizar os alunos da escola, para que participassem.

Acredito que esta sensibilização permitiu despertar o interesse dos alunos pelo tema, tendo em conta que, se encontra diretamente ligado com eles e com toda a comunidade escolar, além disso, o próprio tema também faz referência a um marco importantíssimo para a democracia portuguesa, o 25 de abril. Obviamente que temas como estes, ainda para mais temas que nos dizem tanto promovem diversas reflexões

tanto políticas como sociais e naturalmente que desperta o interesse dos alunos na participação de atividades como esta. A verdade, é que o tema escolhido influencia totalmente a participação ou não dos estudantes na iniciativa. Quanto mais eles de identificarem e compreenderem a importância do tema mais facilmente ganham algum interesse e procuram participar na atividade. Ao longo destes momentos iniciais de sensibilização das turmas, não só relativamente ao tema mas também relativamente à importância deles enquanto estudantes, participarem no parlamento dos jovens, de forma a contactarem desde cedo com a política, com a democracia e com a liberdade, tivemos a oportunidade falar um pouco com algumas turmas relativamente à experiência deles no ano anterior e muitos dos alunos, não quiseram participar devido à desmotivação relativamente ao tema trabalhado no ano anterior e portanto, percebi desde logo, que o tema influencia significativamente a participação e a integra dos alunos à atividade. Obviamente que os temas não interessam a todos da mesma forma e na realidade até são os próprios estudantes a escolhê-los na ultima sessão do programa, no entanto, após toda a experiência, considero importante salientar, que a organização deve ter uma especial atenção a esta questão, uma vez que, para nós enquanto, quanto mais os mais jovens, se interessarem pela política e procurarem participar nela, mais adolescentes preparados para o futuro, vamos ter. É fundamental que eles percebam desde cedo que para hoje sermos um país livre e democrático e termos a oportunidade de participar nas decisões tomadas (ex: através do voto), alguém no passado teve de lutar muito, o exemplo disso é o 25 de Abril, que festejamos hoje os seus 50 anos. Acredito que esta experiência possa ajudar a promover algum tipo de responsabilidade extra nos jovens, fazendo-os entender a importância de serem uma voz ativa tanto no contexto escolar como na sociedade.

Assim, através de sessões informativas iniciais feitas não só através de cartazes¹² espalhados pela escola mas também por meios momentos em sala de aula, em que, os professores explicavam aos alunos a atividade e os incentivavam a participar, os estudantes que decidiram participar no processo, bem como aqueles “deputados jovens” que posteriormente foram escolhidos, tiveram a oportunidade de contactar mais de perto com a democracia e com os procedimentos que normalmente não estão

¹² Os cartazes estão anexados na parte final no relatório mais concretamente no anexo 1.

habituaados, tendo em conta que, só observam do lado de fora enquanto espectadores. Além disso, o facto desta sensibilização e transmissão de informação ter sido feita com bastante antecedência, isto é, logo desde o início do ano letivo permitiu que os alunos que tinham intenção de participar tivessem tempo para formar as suas próprias listas, discutir com os colegas as suas ideias principais sobre o tema, e por fim, criar as suas propostas para apresentar mais tarde do debate escolar. Do meu ponto de vista, esta atividade é extremamente importante nesta fase do processo, uma vez que, faz com que os estudantes reflitam sobre o assunto, que criem e articulem os seus pensamentos, que sejam uma voz ativa ao longo da escolha das propostas e que de certa forma cooperem uns com os outros. Não podemos esquecer que a cooperação e o trabalho em equipa é algo crucial para uma vida melhor em sociedade, muito mais numa sociedade democrática, como temos a sorte de viver. É importante que os estudantes percebam que apesar de todos terem as suas próprias opiniões e ideias, têm todo o direito de as expor, no entanto também têm o dever de ouvir e respeitar os outros colegas, sem nunca censurarem, julgarem ou tentarem calar a opinião do outro. É através desse confronto e partilha de ideias, que possivelmente os alunos conseguem chegar a uma conclusão relativamente às propostas que querem apresentar, e dessa forma, quando mais discutirem e olharem para as ideias uns dos outros de uma forma critica, mais preparados irão estar no debate e mais fácil vai ser a defesa das mesmas.

Depois da sensibilização inicial, procedemos à afixação dos novos cartazes, já com as datas das candidaturas das listas e das eleições dos deputados na escola. (Ver anexos). Esta afixação dos cartazes foi realizada por nós enquanto comissão eleitoral. O cartaz tinha na mesma presente o tema do parlamento dos jovens deste ano, “Viver Abril na educação: Caminhos para uma escola plural e participativa”, e para além disso, tinha também as datas mais importantes, nomeadamente, a data da apresentação das listas e das medidas (12 de dezembro de 2023), da campanha eleitoral (10 a 15 de Janeiro de 2024); das eleições (17 de Janeiro de 2024) e por fim a datada sessão escolar (24 de janeiro de 2024). Ao mesmo tempo que procedemos à afixação dos cartazes também foram enviadas para os alunos todas as informações de forma detalhada, relativamente ao processo daí para a frente. Estas informações estavam em formato PowerPoint e continham a explicação detalhada das 3 fases principais da atividade: A **1ª** **fase** é a fase escolar, na qual os estudantes criam as suas listas e as medidas,

posteriormente passamos à realização do debate escolar anual, que passarei a explicar de seguida e onde foi eleita a lista vencedora e o número de deputados de cada uma que vai participar na sessão escolar. Ainda na primeira fase, é realizada a sessão escolar, onde os deputados eleitos, discutiram sobre cada uma das medidas das listas e através de votação foram escolhidas as medidas e também os deputados que iriam representar a escola da segunda fase, a sessão distrital; **A 2ª fase:** corresponde à sessão distrital, na qual os deputados eleitos vão representar a sua escola a nível distrital; **A 3ª e última fase,** trata-se da sessão nacional, na Assembleia da República e aí realiza-se exatamente a sessão mais importante, a Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens. Assim, o PowerPoint para além de conter a explicação das fases principais da atividade, ainda continha a explicação de como deveriam ser formadas as listas, ou seja, o número de candidatos de cada uma das listas, a ordem pela qual deveriam ser colocados os deputados, o número máximo de medidas apresentadas e por fim, a estrutura de como deveriam ser apresentadas as diferentes medidas.

Após todos estes momentos informativos e de sensibilização dos alunos. Os mesmos fizeram as suas candidaturas, onde colocaram tanto os deputados como as suas propostas. Assim, no dia 14 de dezembro de 2023, foram também afixados em vários locais da escola, as diferentes candidaturas, para que mais tarde fosse possível realizar o debate e posteriormente proceder às eleições da lista vencedora.

2.3 Debate escolar entre as listas da escola secundária Carolina

Michaelis¹³

O debate realizou-se no dia 8 de janeiro de 2024, no auditório José Novais, mais concretamente na escola secundária Carolina Michaëlis e contou com a presença das três listas candidatas ao Parlamento dos Jovens 2024, da comissão eleitoral e também do deputado da Assembleia da República Portuguesa, Pedro Filipe Soares. Para além disso, toda a comunidade escolar foi convidada a assistir ao evento, sendo que, grande parte dos professores da escola, cederam as suas aulas para permitirem aos estudantes participar neste momento importante. O grande objetivo desta atividade foi

¹³ Ver registos fotográficos em anexo (2)

proporcionar aos estudantes a oportunidade de discutir as suas propostas para o sistema de ensino em Portugal, esclarecendo assim, todas as dúvidas existentes tanto das diferentes listas como dos colegas que estavam a assistir e que também tinham a oportunidade de participar e tirar dúvidas. Além disso, ainda existiu a oportunidade de dialogar e fazer algumas considerações como o deputado convidado da Assembleia Nacional da República.

O debate iniciou-se por volta das 10:30 minutos com a apresentação do evento e do tema: “Viver abril na educação: caminhos para uma escola plural e participativa”. Posteriormente, foi solicitado aos representantes de cada lista que ocupassem os seus lugares e apresentassem as suas propostas.

Relativamente a cada uma das listas:

- Líder da lista A: A lista A criou apenas uma medida e a cabeça de lista iniciou o seu discurso com a partilha a sua experiência pessoal na escola de forma a realçar e defender desde o início a pertinência da sua proposta. A proposta da lista A consistiu em permitir aos alunos a possibilidade de selecionar seu próprio currículo, escolhendo assim, as disciplinas que fossem mais pertinentes para os cursos que cada aluno pretendia seguir no futuro, permitindo assim aos estudantes um melhor aproveitamento escolar, uma vez que, estavam a ter disciplinas que gostam verdadeiramente.
- Líder da lista B: A lista B contou com 3 propostas. Antes de iniciar o discurso relativamente às medidas criadas, sugeriu a realização de mais debates abertos à comunidade escolar, visando enriquecer o conhecimento e atender às necessidades dos alunos em participar de projetos escolares. Também foram propostas medidas para valorizar a carreira dos professores e estabelecer uma comissão independente para promover os valores do 25 de abril.
- Líder da lista C: A lista C contou também com 3 propostas. Além disso, destacou a evolução do sistema de ensino e a oportunidade de melhorá-lo. Sugeriu uma aprendizagem essencial e horários mais flexíveis, além da criação de rotas regulares no percurso escolar para evitar a superlotação

dos transportes públicos. Por fim, propôs a criação de espaços de lazer dentro da instituição escolar para benefício dos alunos.

Após todas as listas terem a oportunidade de apresentar as suas propostas num período de 15 minutos, iniciou-se o debate, no qual qualquer estudante tinha a oportunidade de expressar questões relacionadas às propostas das listas A, B e C.

Enquanto ocorria o debate entre as listas, chegou o deputado representante da Assembleia da República e dessa forma, pudemos contar com algumas considerações da sua parte, tanto relativamente ao tema do parlamento dos jovens como às diferentes propostas criadas pelos elementos das diferentes listas. Além disso, foram colocadas inúmeras questões ao deputado, que tentou responder a todas da melhor forma possível.

2.4 Votações e eleições¹⁴

O dia 17 de janeiro de 2024, foi o dia as eleições dos deputados das listas candidatas ao Parlamento dos Jovens 2024. Por volta das 9 horas, a comissão eleitoral (Constituída pelos seguintes elementos: Inês Sousa, José Miguel, Gonçalo Teixeira, Professora Amélia Castro, Professor José Valente), abriram as portas do auditório para o dar início às votações. As urnas estiveram disponíveis das 09h00 até às 13h15, e durante todo o processo, nós enquanto comissão eleitoral tentamos organizar da melhor forma possível a as votações.

A maior parte dos professores levaram os seus alunos até as urnas para puderem votar na lista que acreditavam ter as melhores propostas. No entanto, os estudantes que não foram em conjunto com a sua turma apareceram ao longo da manhã para proceder ao seu voto.

O auditório, onde ocorreram as votações, estava dividido em duas partes distintas, as mesas para a votação das listas do ensino secundário e as mesas destinadas às votações das listas do ensino básico. Apesar de nos encontramos nas mesas do ensino

¹⁴ Ver registos fotográficos das votações e eleições dos deputados jovens para a sessão escolar em anexo (3).

secundário, por vezes apareciam turmas inteiras, tentamos dar apoio aos colegas que tinham a responsabilidade de receber os votos do básico.

Após terminado o horário das votações, esperamos que o representante de cada lista se apresentasse no auditório e iniciamos a contagem dos votos. E passo a citar a informação presente da ata realizada para o evento, que pode ser consulta na secção dos anexos no final do relatório:

“Aos dezassete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório 0.3 da Escola Básica e Secundária Carolina Michaelis, reuniu, pelas treze horas e quinze minutos, a Assembleia de voto composta pelo Presidente de Mesa Professora Amélia Maria Amélia Castro e pelo Professor José Valente, pelos estudantes X, e pelos professores estagiários de Filosofia Inês Sousa, Gonçalo Teixeira e José Monteiro, e pelos representantes das listas A,B e C, a fim de se proceder ao apuramento dos resultados da eleição para os deputados à sessão Escolar e à proclamação dos candidatos eleitos.”¹⁵

Os resultados apurados foram os seguintes:

“Número de eleitores inscritos: 443
Número de votantes: 210
Número de votos brancos: 3
Número de votos nulos: 12”¹⁶

O N.º dos votos e de mandatos obtidos foi o seguinte:

“Lista A: 29 votos; 4 mandatos
Lista B: 104 votos; 10 mandatos
Lista C: 62 votos; 9 mandatos”¹⁷

Assim, foram eleitos os 23 deputados que iriam participar na próxima sessão do Parlamentos dos jovens, a sessão escolar e deu-se por encerrada a Assembleia de voto

¹⁵ Ver ata inserida em anexo (4).

¹⁶ Verificar os resultados das votações presentes na ata.

¹⁷ Verificar os resultados das votações presentes na ata.

por volta das 13:50h. Mais tarde os resultados foram divulgados e afixados da escola e foram enviados à equipa do Parlamento dos Jovens da Assembleia da República, nos termos previstos no artigo 28.º do Regimento.

2.5 Sessão escolar

No dia 24 de janeiro de 2024, pelas 15 horas, a comissão eleitoral reuniu-se na sala 1.1, do edifício E, com os membros das listas para dar início à sessão escolar. Os objetivos desta sessão foram: aprovar o Projeto de Recomendação da escola, eleger os deputados que iriam à Sessão Distrital e por fim, eleger o candidato à Mesa da Sessão Distrital. Desde início todos os intervenientes foram confrontados com algumas das regras a cumprir ao longo da sessão, como por exemplo: Durante toda a Sessão Escolar os convidados não poderiam a intervir no debate; se por algum motivo faltasse algum deputado à Sessão Escolar isso implicaria a perda desse mandato, e além disso, o professor responsável tinha a responsabilidade de chamar os deputados presentes um a um, para que assinassem a lista de deputados.

Antes de se iniciar o debate, foi necessário eleger a mesa e o presidente de mesa que posteriormente se iria candidatar à mesa distrital. Assim, a mesa foi composta por três deputados: um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Neste caso, da sessão escolar na escola secundário Carolina Michaelis, apenas 1 deputado presente se candidatou a presidente da mesa e como ninguém se opôs, foi bastante fácil a sua eleição para Presidente da Sessão Escolar, bem como a eleição dos restantes membros. A partir do momento em que se elegeu o presidente, todos os restantes deputados tomaram consciência que as decisões da Mesa são soberanas e dessa forma, não há recurso das suas decisões.

Assim sendo, presidente eleito anunciou o início da sessão, começando desde logo a fazer cumprir todas regras estipuladas, de forma a gerir da melhor forma a agenda e o tempo.¹⁸

Todos os deputados das listas apresentaram as suas respetivas propostas da forma mais organizada possível e no tempo definido. Apesar de no debate de dia 8 de

¹⁸ A agenda da sessão escolar foi colocada em anexo (4).

janeiro de 2024, os jovens deputados, não terem tido tanta oportunidade de falar das suas propostas e debater sobre elas, uma vez que, o tempo que tínhamos, foi quase todo utilizado para um momento de perguntas e respostas ao deputado convidado da Assembleia da República, neste dia, na sessão escolar, existiu essa oportunidade. Os deputados tiveram tempo para apresentar as suas propostas e para refletir e debater sobre elas com os restantes colegas. Esta possibilidade que lhes foi dada, de partilhar e debater as suas ideias e propostas, foi algo extremamente importante para toda a forma como a sessão foi conduzida e posteriormente para a própria criação das novas propostas que foram levadas à sessão distrital. Pessoalmente, tive alguma pena que no debate inicial, os alunos não tivessem tido a oportunidade de participar tal como aconteceu neste dia na sessão escolar, senti que os deputados jovens eleitos para esta sessão expuseram as suas ideias principais de uma forma clara, organizada e bastante direta, além disso, foram todos capazes de desafiar as propostas das outras listas, defendendo e mostrando porque é que as suas propostas fazem muito mais sentido e devem ser levadas à sessão distrital. No entanto, apesar de todos serem capazes de defender as suas perspetivas com “unhas e dentes”, ouviram e respeitaram sempre os outros colegas/deputados jovens presentes, analisando bem as perspetivas de cada um, além disso, sempre que consideravam que as outras listas tinham apresentado uma boa proposta ou tinham feito uma ótima crítica à sua ou às outras listas, os alunos faziam questão de sublinhar isso. O exemplo disto, foi exatamente quando houve oportunidade, falarem sobre as suas propostas uns com os outros e refletirem sobre elas, os deputados jovens, perceberem que talvez se fizessem coligações e juntassem alguns das suas propostas, elas iriam fazer muito mais sentido e tornar-se-iam muito mais fortes.

Além da cooperação extraordinária que se verificou entre os deputados das diferentes listas e da sua preocupação em levar as melhores propostas possíveis à sessão distrital, independentemente dos deputados que mais tarde iriam representar a escola, é também importante salientar, que apesar de todo o entusiasmo e agitação dos elementos das listas, todos foram capazes de respeitar as regras do presidente da mesa. Assim, apenas falavam quando lhes era dada a palavra e após terminar o seu tempo, davam assim que possível a palavra a outros jovens deputados. Isto demonstrou mais uma vez, que o respeito mútuo, a tolerância e a compreensão entre os estudantes foi

sempre valorizado ao longo de toda a sessão, eles tiveram noção que apesar de terem bastantes ideias para partilhar, acima de tudo tinham de respeitar os outros e o próprio tempo que tinham da realização da sessão, e, portanto, todos tinham de ter o mesmo tempo para apresentar as suas perspetivas. Por muito que, por vezes, houvesse muita coisa para partilhar, tiveram consciência que antes de continuarem, a palavra tinha de ser dada a outro colega. A meu ver, eles foram sempre muito tolerantes e compreensivos com isso e respeitaram sempre os outros e as ordens do presidente da mesa relativamente ao tempo.

Além disto, surpreendeu-me a maturidade com que os alunos presentes, trataram e refletiram relativamente a alguns dos temas abordados ao longo da sessão, e por outro lado, fiquei também maravilhada com a capacidade reflexiva e de articulação de ideias que eles demonstraram. É verdade que alguns dos argumentos tinham sido pensados e idealizados com algum tempo de antecedência, no entanto, grande parte deles tiveram de ser criados pelos estudantes naquele momento, para que também pudessem contra-argumentar e desafiar/criticar as outras propostas apresentadas, e claro responder as críticas feitas pelos colegas. Contudo, existiram momentos, em que alguns alunos tiveram bastante dificuldade em clarificar e partilhar a sua própria perspetiva sobre os assuntos que estavam a ser debatidos, isso preocupou-me, tendo em conta que, a dificuldade desses alunos não estava na criação da sua opinião mas sim na melhor forma para a expor perante os outros colegas, estes não se estavam a sentir confortáveis para partilhar as suas ideias, não estavam a conseguir articular da melhor forma os seus pensamentos e isso levou a que os outros colegas não percebessem o que estava tentar a ser dito e partilhado. Naturalmente que isto, demonstrou mais uma vez, a importância que atividades como estas têm, atividades, na qual os alunos têm a oportunidade de expor todas as suas ideias, sem medo do julgamento ou da censura. É exatamente a partir de práticas como estas que os estudantes começam a sentir mais à vontade em falar em público e a ter a necessidade de partilhar conhecimentos e debater pontos de vista com os restantes indivíduos sobre determinado assunto, não obstante o facto de aprenderem a articular as suas ideias e a argumentar de uma forma mais pertinente. Além disso, é exatamente através de atividades como estas que os estudantes compreendem verdadeiramente a importância de sermos uma voz ativa e de não deixarmos que falem por nós, todos devemos ter a

oportunidade de contribuir seja da forma que for. E temos de ser respeitados, independentemente da quantidade de pessoas que concordam connosco. Todos vivenciamos e lidamos com as situações de uma forma muito diferente e portanto, todos devemos ter a oportunidade de criar as nossas próprias conclusões e perspetivas sobre todos os assuntos, desde que, tenhamos consciência que a forma como partilhamos a nossa opinião tem de ser feita da maneira mais respeitadora possível.¹⁹

Assim, a sessão escolar ocorreu como era suposto e no final foram feitas as votações das propostas que iriam ser levadas à sessão distrital, bem como as votações dos deputados e do repórter que iria representar a escola nas próximas sessões.

2.6 Sessão distrital e Sessão nacional²⁰

As duas últimas sessões, corresponderam à sessão distrital e à nacional. Sendo que é importante salientar que a Escola Secundária Carolina Michaelis, através de todo o trabalho feito e posteriormente demonstrado na sessão distrital apurou-se para a sessão nacional.

Em primeiro lugar, a sessão distrital teve lugar no dia 18 e 19 de março de 2024, em Gaia, no centro paroquial de Mafamude. Esta sessão contou com a presença de 72 escolas e, portanto, 144 alunos, uma vez que, cada uma das escolas foi representada por dois deputados. Esta sessão decorreu das 9:30h até as 17:30. Após o discurso de vários membros que fazem parte do parlamento dos jovens e da assembleia da República, deu-se início à sessão distrital.

Numa primeira fase, deu-se a oportunidade um dos deputados de cada escola apresentar as suas medidas, as escolas eram muitas, e, portanto, o tempo teve de ser muito bem gerido, para que tudo corresse dentro das normas previstas. Ao longo dos dois dias, houve oportunidade para os alunos das diferentes escolas, interagirem uns com os outros, partilharem e refletirem sobre as suas perspetivas, criarem ligações com os outros colegas que obviamente seriam importantes mais tarde, nas votações. No segundo dia, criaram-se grupos de escolas, e começaram as votações relativamente às

¹⁹ Devemos sempre respeitar os outros e as suas opiniões por muito que tenham ideias completamente distintas. No entanto, também não podemos deixar que nos desrespeitem, é muito importante compreendermos que *a nossa liberdade acaba quando começa a do outro*.

²⁰ Ver registos fotográficos em anexo (6)

medidas e mais tarde, das escolas que iriam representar o círculo do Porto em Lisboa. Na sessão nacional, realizada na Assembleia da República.

Assim, após as votações, apuraram-se as seguintes escolas e seus respetivos deputados: Escola Secundária João Gonçalves Zarco (Matosinhos); Escola Secundária de Amarante; Colégio Luso-Francês; Externato Camões; Escola Secundária de Joaquim de Araújo (Penafiel); Agrupamento de Escolas Carolina Michaelis. Sendo que a porta-voz do círculo do Porto foi uma aluna da Escola Secundária de Amarante.

A sessão terminou com a célebre música, Grândola Vila Morena, cantada pelos alunos e pelos professores que os acompanharam.

Relativamente à sessão Nacional, esta ocorreu nos dias 20 e 21 de maio em Lisboa. Apesar da sessão ter começado no dia 20 para os jovens deputados, eu e o meu colega estagiário, Gonçalo, apenas conseguimos estar presentes dia 21.²¹ Assim sendo, esta contou com a presença dos deputados das escolas de todo o país que se apuraram, com os professores responsáveis e com deputados da Assembleia da República que estavam a representar o seu partido. A sessão deu início com um momento de perguntas e respostas. As questões eram feitas pelos vários deputados jovens e respondidas por um dos deputados da Assembleia da República que eles escolhiam. A manhã de dia 21 foi toda ela ocupada com estas questões e com as respostas dos deputados. Na parte da tarde, a sessão continuou nos seus conformes e no final foram realizadas as votações do projeto de recomendação do ano seguinte, isto é, o tema que iria ser trabalhado e debatido no parlamento dos jovens no ano seguinte.

A sessão nacional deu-se por terminada após a entrega dos certificados a cada um dos alunos e com o cântico do hino português e mais uma vez, da música, Grândola Vila Morena.

²¹ Algo que desde já, agradeço, tanto à faculdade de Letras da Universidade do Porto, como ao Departamento de Filosofia, mais concretamente de ensino de filosofia no ensino secundário, que permitiu que tivéssemos presentes na Assembleia da República, através do financiamento dos bilhetes de comboio para Lisboa. De outra forma, provavelmente não conseguiríamos estar presentes na última sessão do Parlamento dos jovens.

2.7 Promoção da liberdade de expressão no contexto da educação

Após ter sido discutida e analisada a participação dos alunos do Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis na atividade do Parlamento dos Jovens, é importante, agora, perceber como é que esta iniciativa pode ser fundamental para a aprendizagem dos alunos e como pode ajudá-los a compreender a importância da liberdade de expressão (para nós enquanto indivíduos, nomeadamente para eles nas escolas), a importância de terem uma voz e claro perceber também como é que este direito fundamental pode ser decisivo da criação de escolas plurais e inclusivas, que respeitam a diferença e a diversidade. Além disso, uma das minhas ideias principais, é compreender também como é que através da promoção da liberdade de expressão nas escolas, por exemplo, através da criação de atividades como debates, ou discussões abertas sobre diversos temas, principalmente aqueles que inquietam os nossos estudantes, podemos então, criar espaços nos quais, eles se sentem parte do processo educativo, se sentem respeitados e são também capazes de respeitar e ser tolerantes com os colegas e com as suas diferenças. Claro que a liberdade de expressão não é apenas ter voz e utilizá-la, existem diversas formas associadas a este direito, no entanto, esta é a forma de liberdade de expressão que me foquei e que irei trabalhar mais ao longo do presente relatório, contudo, é importante salientar que irei também fazer referência a outros tipos, que apesar de não terem sido o foco do relatório também foram vivenciadas ao longo de toda a atividade do Parlamento dos Jovens.

2.7.1 Aprender com a experiência: A importância de ter voz e dar voz

Antes demais, temos de compreender que uma escola que se diga inclusiva para todos e não só para alguns, tal como muitas vezes acontece, tem de ser uma escola que de facto, é capaz de garantir o melhor desenvolvimento possível, em todos os aspetos, aos seus alunos. Do meu ponto de vista, uma escola nestes moldes tem de ser capaz de educar para a tolerância, na medida em que, procura ensinar aos estudantes os seus direitos, os seus deveres e as suas liberdades, do mesmo modo que, os ensina a garantir e respeitar, os mesmos deveres, direitos e liberdades dos outros indivíduos, independentemente de fatores externos, como, raça, etnia, cor, língua, opinião política ou religiosa, entre outros fatores, que muitas das vezes influenciam a nossa forma de olhar para o outro. É importante que os estudantes tenham a consciência que por vezes,

chegamos mais longe quando cooperamos e trabalhamos com os outros. Sozinhos até podemos chegar mais rápido, no entanto, não chegamos tão longe como poderíamos chegar acompanhados. Contudo, só conseguimos trabalhar em conjunto se formos capazes de respeitar e tolerar as diferenças, as circunstâncias e tudo aquilo que nos separa dos outros. Assim, acredito que a melhor forma de aprendermos a respeitar o outro é a ouvi-lo, é permitir que o outro partilhe connosco as suas ideias, os seus pensamentos, as suas perspetivas, aquilo que o inquieta e também as circunstâncias e os fatores que o fizeram ter determinada opinião ou visão relativamente a um assunto. Todos nós sabemos que as nossas experiências, as nossas vivências, aquilo que passamos na nossa infância e ao longo na nossa vida, influencia totalmente a nossa visão sobre o mundo e muitas vezes, a nossa opinião relativamente aos diferentes assuntos. Daí ser tão importante ouvir o outro e as suas experiências para que consigamos, no mínimo, compreendê-lo.

A partilha de diferentes perspetivas e o próprio confronto de certas ideias, caracteriza-se como algo essencial quando queremos criar espaços onde todos se sintam parte e se sintam ouvidos e apoiados. Quando falamos do contexto de ensino secundário, estamos a referir-nos a jovens entre os 15 e os 17/18 anos, que na sua maioria, ainda estão confusos, ainda não criaram totalmente a sua própria identidade, que muitas das vezes sofrem sozinhos, guardam tudo para si e têm dificuldade em abrir-se perante os colegas, com medo do julgamento. A verdade é que isso muitas vezes acontece porque quando decidem partilhar algo são excluídos do grupo. Portanto, acredito que quanto mais existirem momentos e espaços de partilha de ideias, de experiências, de opiniões, dentro e fora de sala de aula, mais probabilidade há desses jovens se sentirem mais integrados e incluídos. Quanto mais partilharem as suas experiências, inquietações, opiniões e quando mais ouvirem as dos outros, mais facilmente se vão criar grupos que se compreendem, toleram, respeitam mutuamente e que aprendem uns com os outros.

Deste modo, não nos interessa apenas, enquanto professores ou futuros professores, sensibilizarmos os alunos através de palestras e diálogos para a importância que a liberdade de expressão pode ter, é preciso colocarmos os estudantes a experienciar essa mesma liberdade de expressão e o poder que ela pode ter socialmente e educacionalmente nos diferentes indivíduos. Só através desta prática é que eles vão

aprender e tomar consciência do peso que uma voz pode ter, independentemente do contexto em que é utilizada. Tal como acontece em contexto de sala de aula, quando se está a lecionar um determinado conteúdo numa disciplina, neste caso em filosofia, os alunos têm muita mais facilidade em compreender e problematizar os conteúdos quando passamos da teoria à prática, ou seja, quando lhes mostramos que podem de facto, aplicar aquele conteúdo à vida real e ao mesmo tempo permitimos que eles mesmos o façam. Além disso, naturalmente, isso desperta-lhes muito mais interesse do que apenas ouvir e assimilar a teoria. Através deste confronto da teoria com a prática, os estudantes acabam por se tornarem muito mais informados, muito mais conhecedores do mundo que está à sua volta e isso, torna-os indivíduos mais participativos na sociedade, procurando assim ter uma voz nos diferentes assuntos e dar também voz aos colegas. Assim, ao dizer isto, estou também a afirmar que os estudantes nas escolas, tem de ter momentos de partilha e de confronto de ideias, para que possam adquirir novos conhecimentos, conhecer novas verdades, ter outras perspetivas do mundo que os rodeia, ou seja, aprender com as suas experiências, mas também com as experiências dos outros.

Os estudantes ao calarem uma voz ou censurarem uma opinião estão inevitavelmente a assumir a infalibilidade, ou seja, estão a assumir que só aquilo que acreditam e defendem é que corresponde à verdade, estão a tentar fazer com que o outro acredite que tudo aquilo que alguma vez viveu ou experiência não tem valor, uma vez que, a sua visão não tem valor e é falsa. Assim, tal como nos diz Stuart Mill, nós enquanto indivíduos somos falíveis e portanto, todos podemos estar errados ou parcialmente errados e desse modo, temos de dar espaço para que o outro nos possa mostrar a sua verdade, verdade esta que se pode tornar também a nossa ou pode completar a nossa própria verdade.

E é exatamente aqui que surge a iniciativa do Parlamento dos Jovens, como uma forma, não só mas também, de dar voz aos jovens, de lhes dar possibilidade de participar em algumas decisões, de lhes permitir experienciar a democracia e os processos democráticos de uma forma mais direta e próxima e que promove momentos de diálogo, debate, confronto de ideias, partilha de opiniões, partilha de inquietações dos jovens, promove também o trabalho em equipa entre listas e diferentes escolas, e por fim, dá-lhes liberdade de falar, de se expressar sem nunca ter medo da censura, do

juízo, e ao mesmo tempo ensina-lhes como é importante também ouvir-mos o outro, respeitar as suas ideias, que por muito diferentes das nossas, por vezes, podem conter alguma verdade, e tal como nós temos o direito de nos expressarmos e de dar a nossa opinião, o outro também tem. Cada um de nós tem o direito e a liberdade de procurar e lutar por aquilo em que acredita ser o melhor para si, no entanto, não nos podemos esquecer que o que consideramos o melhor para nós, nem sempre é o melhor para o outro e, portanto, temos de ter consciência e compreender que o outro vai ter as suas próprias ideias do que é melhor para si e também vai querer ir em busca e vai procurar lutar pelos seus próprios objetivos. Cada um tem as suas próprias características, individualidades, necessidades, interesses e experiências e obviamente, que isso vai influenciar toda a sua visão e forma de encarar a realidade. Assim, não é por ter uma forma de ver a vida diferente da nossa que a sua voz deve ser calada, muito pelo contrário, temos de lhe dar voz, até para que nós próprios consigamos ter outras visões, conhecer novos “mundos” e depois disso, defendermos na melhor forma aquilo em que acreditamos. A verdade é que, no mundo em que vivemos, reinam as diferenças, e por vezes, encaramo-las como algo negativo, no entanto, devemos olhar para elas com um outro olhar, um olhar muito mais tolerante e pensar nelas como algo novo e que nos abre horizontes, que nos permite conhecer outras formas de pensar, outros modos de viver e que nos permite crescer e evoluir a todos os níveis. Se não existissem diferenças, se todos tivéssemos as mesmas opiniões e se todos pensássemos da mesma forma, nunca teríamos a possibilidade de crescer enquanto indivíduos e enquanto sociedade, uma vez que, iríamos estar sempre limitados às mesmas ideias e perspetivas, assim sendo, é exatamente através do confronto de ideias, do debate dos diferentes temas, da partilha das diferentes perspetivas e experiências que temos a oportunidade de crescer e desenvolver determinadas competências cruciais para a vida em comunidade. Dewey, como já referi, é um filósofo extremamente importante no que diz respeito à educação e ele afirma, que a forma de liberdade mais importante é a liberdade interior, isto é, liberdade de inteligência e de pensamento. Assim, as escolas têm de ser capazes promover oportunidades dos seus estudantes desenvolverem as suas individualidades, para que possam crescer com isso, contudo isso tem de ser realizado sempre dentro de um clima de liberdade, sem a existência deste clima nunca existirá um crescimento

totalmente genuíno e contínuo. Deste modo, temos de pensar na liberdade de expressão como algo que beneficia a educação e os nossos alunos.

Portanto, é importante darmos liberdade ao estudantes para terem os seus próprios pensamentos e para os partilharem, contudo, é também crucial que eles compreendam desde cedo que é impossível existir alguém que pense 100% como nós, e que o facto de existir uma enorme diversidade de perspetivas e opiniões só é benéfico para o nosso desenvolvimento, na medida em que, quanto mais existirem opiniões que contrariem e que desfiem as nossas, mais fortes as nossas se vão tornar e mais possibilidade vamos ter de refletir sobre elas e analisá-las, de modo a torná-las ainda mais fortes e prevenindo-as assim, de todos os contra-argumentos que possam existir. Tal como Mill afirmava não podemos deixar que as nossas crenças sejam dogmas-mortos, temos de colocá-las sobre o escrutínio público, temos de permitir que as desafiem, para que elas se tornem ainda mais fortes. Contudo não basta ensinarmos as crianças e os adolescentes, o quão importante é ouvirmos e respeitarmos a opinião dos outros, temos de os colocar em posições, nas quais, eles têm de construir, criar, partilhar as suas ideias, enquanto são confrontados com perspetivas completamente contrárias às deles, o que os leva a uma posição desconfortável na qual têm de saber defender aquilo em que acreditam, enquanto respeitam os outros indivíduos e as suas críticas e opiniões. Eles têm de vivenciar, isso para que aprendam com a sua própria experiência. Tal como Dewey nos diz, nós experimentamos o mundo de forma a conseguirmos compreender como ele funciona e aprendemos através das consequências que advêm das experiências que fazemos com ele, ou seja, é crucial que os estudantes contactem e experienciem a liberdade de expressão e momentos em que possam partilhar as suas perspetivas ao mesmo tempo em que ouvem as dos outros, para compreenderem as vantagens e desvantagens disso e que assim tenham consciência do valor deste tipo de liberdade.

Assim, o Parlamento dos jovens é um exemplo de uma iniciativa, onde os alunos são colocados a experienciar isto mesmo que acabei de referir. Os estudantes que participam, desde o início têm de trabalhar sobre as suas perspetivas e opiniões para criar as medidas e os argumentos mais pertinentes. Ao longo de todos os debates existentes, têm de apresentar as suas ideias e defendê-las das críticas e questões que os seus oponentes colocam, tornando assim, os seus argumentos o mais forte possível. Por

outro lado, têm também de perceber quais são os melhores argumentos para desafiar as medidas e perspetivas das outras e posteriormente das outras escolas. No entanto, apesar de todos estes confrontos de ideias o mais importante é que os estudantes tenham consciência que tal como querem ser respeitados quando partilham algo com alguém, também têm sempre de respeitar todos aqueles que admitem crenças, ideias, opiniões diferentes das suas. Nós podemos expressar tudo aquilo em que acreditamos, no entanto temos de o fazer de uma forma correta, respeitando sempre a autonomia e a individualidade do outro, existem determinadas formas de comunicar e de nos expressarmos, sem ofender, magoar e ultrapassar o limite do outro. Nós vivemos em sociedade e precisamos dos indivíduos com os quais vivemos e portanto, quanto mais facilidade tivermos em viver com pessoas que têm, crenças, necessidades, vivências e experiências diferentes das nossas menos frustrados vamos estar e mais bem-estar vamos criar à nossa volta. O diálogo feito de uma forma respeitosa, atenta, digna e tolerante é uma das maiores armas que o ser humano pode ter e por isso, deve ser valorizado.

Por conseguinte, ao longo de toda a atividade do Parlamento dos jovens, foi notória a vontade que os alunos das diferentes escolas, tinham em dar o seu contributo e tornar o ensino e a escola um lugar melhor e mais inclusivo e participativo. Mesmo as medidas que não foram escolhidas tinham o seu valor e continham formas de revolucionar a escola, dando sempre mais voz aos alunos. Naturalmente muitas das medidas apresentadas tinham por base problemas que a própria escola dos alunos continha, por exemplo: o facto de não existirem transportes eficazes que levassem os alunos à instituição escolar e depois a casa novamente; ou até medidas que incentivavam a criação de elevadores ou rampas, para facilitar o acesso a todas as zonas escolares, às crianças e jovens com mobilidade reduzida. No entanto, também foram criadas e apresentadas medidas que promoviam a criação de fóruns de conversas nas escolas, em que os alunos partilhavam os seus sentimentos, inquietações, dificuldades, problemas e também dúvidas que poderiam existir relativamente a algum conteúdo de uma disciplina; além disso, também foram sugeridas medidas que incentivavam a criação de mais debates nas escolas sobre temas importantes e existentes do mundo e na nossa realidade.

A própria criação e apresentação das medidas que foram levadas ao Parlamento dos jovens, do meu ponto de vista, é também uma forma de liberdade de expressão, permite que os estudantes partilhem as suas perspetivas relativamente a assuntos que muitas das vezes são desvalorizados, promove que eles usem a sua voz sem medo do julgamento e da censura, com algo que pode ser extremamente importante para as escolas e para a educação, além disso, promove a criação de debates, de discussões e de encontros, em que os alunos têm a possibilidade de refletir sobre as medidas e sobre as ideias em causa e que trabalhando e cooperando com os seus colegas sejam capazes de criar medidas e os argumentos mais fortes e seguros.

2.7.2 Parlamento dos jovens como uma forma de desenvolver competências

Tal como Dewey afirma, educação é crucial para que os indivíduos sejam capazes de desenvolver competências e hábitos essenciais para analisar diferentes crenças e para que sejam também capazes de ultrapassar situações problemáticas, aprendendo assim a comunicar abertamente, ao longo de todo o processo.

Portanto, acredito que a própria iniciativa do Parlamento dos jovens, bem como as diferentes fases e sessões que são realizadas, contribuam para o desenvolvimento de certas competências nos alunos, competências estas que se encontram presentes no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade obrigatória (PASEO)²² e que são importantíssimas para toda a sua vida e aprendizagem, como por exemplo:

- Informação e comunicação: Ajuda-os a desenvolver competências relacionadas com a área da informação e comunicação, na medida em que, são obrigados a pesquisar e analisar informação, na internet, em revistas, em livros, em jornais, nas próprias redes sociais, relativamente ao tema. Além de que os obriga a trabalhar e refletir com outros colegas das listas sobre determinados conceitos e ideias importantes para o tema do Parlamento, como, o conceito de pluralidade, de inclusão, de liberdade, de democracia, de educação, do 25 de abril. Por outro lado, também os obriga a transformar toda a informação que

²² Cf. (Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, 2017)

encontram e analisam em conhecimento que lhes pode ser extremamente útil ao longo do seu caminho.

- Raciocínio e resolução de problemas: Ajuda-os a desenvolver competências na área do raciocínio e resolução de problemas, uma vez que, os alunos através da informação e do conhecimento que adquirem sobre o assunto do parlamento dos jovens, no caso deste ano “Viver abril: caminhos para uma escola plural e participativa”, são levados a ter de organizar a informação que recebem, são obrigados a organizar o seu pensamento da melhor forma, a criar os melhores argumentos para as suas medidas, além de que, nos momentos dos debates e das discussões com outras listas (numa primeira fase) ou com outras escolas (fase distrital e nacional), os alunos têm de ter a capacidade de ouvir as críticas e os contra argumentos que são feitos e a partir daí, saber como resolver a situação e como defender da melhor forma possível todos os seus argumentos. Deste modo, ao longo dos debates, os estudantes analisam de forma crítica tudo o que foi refletido no debate, procuram perceber qual será a melhor forma dos argumentos se tornarem cada vez mais fortes e pertinentes e no final se necessários, percebem se é necessário reformular ou arranjar outra estratégia que seja vantajosa para si e para os membros da sua lista. O exemplo disto, foi o que aconteceu na sessão escolar na escola onde estagiei, após o debate das listas dos argumentos relativamente às diferentes medidas, duas das listas presentes, depois de todo o debate, refletiram sobre as suas medidas e perceberam que duas delas eram bastante parecidas e acabavam por se relacionar e complementar, então quando isso foi possível decidiram fazer uma “coligação” e criar uma medida muito melhor e mais fundamentada através das que já existiam.
- Pensamento crítico e pensamento criativo: A atividade do parlamento dos jovens também proporciona aos alunos a possibilidade de desenvolver competências na área do pensamento crítico e criativo, uma vez que, os estudantes ao longo de todas as fases, têm de criar e aplicar todas as suas ideias nos diferentes contextos existentes. Desde a primeira fase, são obrigadas a elaborar de uma forma, crítica e criativa todas as suas medidas para apresentar mais tarde no

debate escolar e consequentemente nos seguintes. A verdade é que ao longo de toda a atividade têm de pensar de uma forma profunda e lógica, de modo que consigam analisar toda a informação, todas as suas ideias, todos os seus argumentos e possíveis contra-argumentos para as medidas das outras listas. Não nos podemos esquecer que são os próprios alunos que conjuntamente com os colegas elaboram as suas próprias medidas, através das suas perspetivas e opiniões relativamente aos diferentes temas. Sendo o tema deste ano, algo que lhes toca diretamente eles devem tentar refletir e avaliar o impacto que as suas palavras e decisões podem ter para o resto da comunidade escolar.

Além disso, também são os alunos das diferentes escolas que através da sua imaginação, criatividade e vontade de inovar e mudar o mundo que criam e desenvolvem ideias para o projeto de recomendação do ano seguinte, ou seja, o tema que vai ser trabalhado pelos alunos que querem participar no Parlamento dos jovens, no ano seguinte.

- Relacionamento interpessoal: Esta iniciativa também promove o desenvolvimento de competência na área do relacionamento interpessoal. Os estudantes, são obrigados a interagir uns com os outros, uma vez que, têm de trabalhar em conjunto para criar as medidas e os argumentos para a sua lista/escola. Desta forma, os estudantes têm de encontrar de forma a partilharem as suas ideias uns com outros da forma mais respeitadora possível. Têm também de expressar as suas opiniões e crenças, estabelecer e construir relações uns com os outros, de forma a cooperarem e trabalharem em equipa e a elaborarem e adequarem as suas medidas e argumentos ao tema. Assim, através destes momentos de partilha e troca de ideias, os estudantes aprendem a comunicar de uma forma tolerante e respeitadora com os outros colegas, acredito que através desta comunicação também consigam compreender as vantagens que podem existir quando cooperamos com os outros e a importância de termos contacto com outras perspetivas e ideias, até mesmo para o nosso próprio desenvolvimento pessoal. Assim, os alunos aprendem que a diversidade de perspetivas e ideias, muitas vezes é algo importantíssimo quando queremos atingir algum objetivo, uma vez que nos permite aceder a outras formas de olhar

para o mundo e para os diferentes assuntos. Obviamente que nem sempre concordamos com as visões dos outros indivíduos, no entanto, independentemente disso, temos de ser capazes que os respeitar de igual forma, tolerando assim essa diferença de perspetiva e percebendo que a diversidade de opiniões nem sempre é algo negativo, mas é sim, um novo olhar para aquilo que nos rodeia.

Contudo, os estudantes não interagem apenas com os colegas das mesmas listas ou da mesma escola, eles têm a oportunidade de se relacionar e comunicar com os estudantes das diferentes escolas de todo o país. Isso foi algo notório ao longo de todas as fases, eles não só interagiram uns com os outros de forma a partilhar as suas ideias relativamente ao assunto e a ganhar de certa forma mais votos para a sua escola, mas também criaram relações de amizade uns com os outros, e de facto, achei isso extraordinário. Por exemplo: na sessão nacional, as escolas que se apuram ficam todas alojadas no mesmo hotel em Lisboa nos dias em que têm de estar presentes na Assembleia da República. Isso permite, que os estudantes se aproximem e criem relações uns com os outros, relações estas que em nada têm a ver com medidas ou estratégias para o Parlamento e essa oportunidade que eles têm de socializar e comunicar com outros indivíduos, muitas das vezes, de realidades muito diferentes, só traz benefícios para os alunos.

A verdade é que esta iniciativa não serve apenas para aproximar os alunos da democracia e para lhes dar voz em todos os assuntos, mas também permite a criação de diversas ligações sejam elas apenas por uma questão estratégica ou porque de facto criaram uma relação espontânea e sincera com outros estudantes.

- Desenvolvimento pessoal e autonomia: Através da atividade do Parlamento dos jovens, acredito que os estudantes também desenvolvam competências na área do desenvolvimento pessoal e autonomia, na medida em que, ao refletir e analisar a informação e depois através disso, criar as suas próprias perspetivas, medidas e argumentos, os estudantes estão a estabelecer relações fundamentais entre os conhecimentos/ informação e os seus comportamentos

e emoções, isto acontece porque os alunos no momento em que estão a analisar a informação e a refletir sobre ela, naturalmente têm tendência a pensar nas suas experiências e vivências e acabam por fazer a relação disso com toda a sua visão relativamente ao assunto. Não podemos negar que grande parte das nossas crenças estão relacionadas com as nossas experiências anteriores.

Além disso, tendo em conta que este trabalho é feito pelos alunos, sem grande auxílio dos docentes, eles têm toda a autonomia para tomar as suas decisões e claro que depois também têm de ser responsabilizados pelas mesmas. Acredito que isso, os faça sentir uma certa pressão e responsabilidade em criar os melhores projetos possíveis, no entanto, considero que isso seja positivo, uma vez que, lhes permite desenvolver essas mesmas competências, obriga-os a ganhar confiança em si e no seu trabalho, obriga-os a ser autónomos, obriga-os a ter responsabilidade em relação, por exemplo, a horário e a prazos, obriga-os a ganhar método de trabalho e espírito de iniciativa. Tudo características extremamente importantes e que irão necessitar ao longo de toda a sua vida pessoal e profissional.

2.7.3 Outras formas de liberdade de expressão que foram também experienciadas no Parlamento dos jovens

Naturalmente existem diversas formas de liberdade de expressão, desde a nossa própria voz, à escrita de poemas e ao cântico de diversas canções que possam querer expressar ou transmitir algum tipo de mensagem importante. O exemplo disso é que faz todo o sentido referir, tendo em conta, o tema deste relatório bem como, da atividade do parlamento dos jovens, trata-se da música “Grândola vila morena”, a música icónica que foi usada na Revolução dos Cravos de há 50 anos e que, ainda hoje, é aquela que cantamos e que associamos ao dia em que conquistamos a nossa liberdade, mais concretamente no célebre dia 25 de abril de 1974. Esta caracterizou-se como sendo a confirmação que a revolução iria ser naquele dia e foi o sinal para algo que mudaria o nosso país para sempre. Não nos podemos esquecer que esta música desempenhou um papel crucial para o movimento, não só porque consistiu na senha para início de tudo,

mas também porque podemos pensar nela como uma forma extremamente poderosa de expressão e de resistência a tantos anos de ditadura e sofrimento. A verdade é que cantores como Zeca Afonso, o artista responsável pela composição e por dar voz à música, tornou-se uma das vozes mais icônicas de toda esta luta pela liberdade.

Estando o tema do parlamento dos jovens associado também aos 50 anos do 25 de abril, no final da sessão distrital e posteriormente no final da sessão nacional os estudantes decidiram cantar a Grândola vila morena juntamente com os professores que os estavam a acompanhar. Este grandioso gesto de homenagem àqueles que lutaram para que naqueles dias aqueles estudantes estivessem a participar numa iniciativa tão célebre, serviu também, para os mesmos estudantes mostrarem que também eles têm uma voz, que desejam ser ouvidos e compreendidos, que querem lutar pelos seus direitos, que têm consciência da importância da liberdade e que também eles agradecem o que há 50 anos foi conquistado pelos portugueses, a liberdade que hoje temos a possibilidade de vivenciar mas que não podemos tomá-la como adquirida. Assim, o cântico desta canção, neste dia, foi uma forma, não só de homenagear os portugueses e a sua luta, mas foi também uma forma de expressão, através disso, os alunos presentes, quiseram transmitir que querem participar nas decisões que irão ser tomadas, que se importam com o bem-estar da escola, da educação e da democracia, que procuram partilhar as suas perspetivas e os seus contributos com os outros e que acima de tudo querem continuar a lutar pela liberdade e pela democracia. Ao longo das sessões ouviu-se muitas vezes, citado pelos estudantes a seguinte frase “Democracia sempre, fascismo nunca mais”. Esta frase, utilizada por eles várias vezes ao longo das diferentes sessões, demonstra também a sua posição perante a forma como deve ou não ser governado o país e demonstra também, que apesar de serem bastante jovens, têm consciência do poder e da importância da liberdade e de vivermos numa democracia.

Para além de cantarem a música Grândola Vila Morena, na última sessão, a sessão nacional, cantaram também, A Portuguesa, o hino nacional de Portugal. Este momento, foi extremamente arrepiante, não só pela homenagem feita ao nosso país e a todos os jovens que dele fazem parte, mas foi também uma forma de expressão, foi o agradecimento pela possibilidade de estarmos na assembleia da república num dia tão importante como aquele, foi a demonstração de um amor inexplicável, o amor à nossa

pátria, foi um grito de liberdade e de homenagem a todas as vozes que um dia foram caladas e censuradas, e foi uma promessa que se lutará sempre pelo país e para que nunca mais nenhuma voz seja silenciada.

Por sua vez, outra forma de liberdade, nomeadamente liberdade de expressão que foi experienciada ao longo de todas as fases da atividade do Parlamento do Jovens, foi a o voto, que poderá também ser encarada como uma forma clara de expressão de uma opinião face a alguma situação específica. Neste caso, os estudantes foram colocados em posições nas quais, através das diferentes medidas elaboradas pelos participantes do parlamento dos jovens, eles teriam de escolher e votar, naquelas em que por um lado consideravam que eram as melhores medidas, que faziam mais sentido e que estavam de acordo com aquilo em que também acreditavam e defendiam. Além disso, tiveram também de votar nos jovens deputados que acreditavam que poderiam melhor representar, a escola e posteriormente, o círculo do Porto. Assim, o próprio ato do voto, pode e deve ser visto como uma forma clara de liberdade de expressão, onde os estudantes expressaram a sua opinião, na qual votaram tendo em conta as suas experiências e aquilo em que acreditam e por outro lado, votaram também tendo em consideração aquilo que poderá ser mais benéfico para si e para os objetivos que poderão ter. Por exemplo: na nossa escola existiu uma lista que apresentava apenas uma medida²³, e essa pretendia possibilitar que os alunos de um determinado curso, por exemplo ciências, pudessem trocar uma disciplina específica desse curso por outra de outro curso, por exemplo de humanidades, pelo simples facto de gostarem mais e se identificarem mais com a outra disciplina e assim ao escolherem uma disciplina que se interessassem mais, a sua média poderia não descer, algo que não aconteceria se continuassem com a disciplina do seu curso. Obviamente, que os estudantes que criaram esta medida, fizeram-no porque passaram por uma experiência negativa relativamente a esta questão, possivelmente tiveram uma disciplina da qual não gostaram que lhes desceu a média e se porventura tivessem a possibilidade de a trocar por outra da qual se interessassem mais, talvez isso não acontecesse. Assim, grande

²³ Medida da lista A (verificar anexo das medidas): “A escola poderia abrir mais turmas de áreas diferentes, ou seja, alguém de economia podia escolher em vez de ter aulas de matemática, ter talvez MACS, ou um aluno de humanidades podia fazer a escolha ao contrário, visto que até são melhores a outra disciplina” – Explicação da medida: “Muitas das vezes acontece que o aluno não tem uma boa média pois não têm as disciplinas que até são melhores e por isso, a média baixa.”

parte dos alunos que votaram nessa lista, muito provavelmente passaram pela mesma situação e acreditam que essas trocas de disciplinas poderiam ser bastante benéficas para os estudantes e futuros estudantes do ensino secundário. Dessa forma, o seu voto nessa lista, caracterizou-se como uma forma de expressarem a sua opinião relativamente ao tema, votaram na lista que lhes poderá proporcionar mais possibilidades de atingirem os seus objetivos. Assim, o voto também pode ser uma forte forma de liberdade de expressão.

2.8 Atividade realizada com os alunos em contexto de sala de aula relativamente à liberdade de expressão

No dia 16 de abril de 2024, realizei uma atividade com duas turmas bastante distintas, uma de 10º ano e outra de 11º ano. A única aproximação das duas era o facto de serem do curso de ciências. Apesar de acreditar que seria bastante útil realizá-la com mais turmas, até mesmo de cursos diferentes, não foi possível por uma questão de tempo. O terceiro período é extremamente pequeno e dessa forma, não foi possível alargar a atividade a outros estudantes de outras turmas. No entanto, também decidi realizar a atividade neste período, nomeadamente no mês de abril, porque se trata exatamente do mês do 25 de abril e dos 50 anos desta data tão importante para o nosso país. Assim, considerei que fazia todo o sentido levantar esta questão neste período e mês específico. Do meu ponto de vista, é também da nossa responsabilidade, sensibilizar os estudantes do ensino secundário para este marco da nossa história e para a importância de termos adquirido liberdades e direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, que nos permite sermos quem somos e dizermos aquilo que pensamos, sem medo da censura. No entanto, também temos de ter consciência e transmitir isso para os estudantes, que se temos este direito e não o queremos perder, temos de o utilizar com consciência, respeito e responsabilidade.

A atividade iniciou-se com um momento de problematização que nos permitiu iniciar a discussão, o diálogo e a troca de ideias relativamente ao tema e àquilo que é a liberdade de expressão, foi realizada uma sensibilização para a importância da mesma e existiram também alguns momentos em que os estudantes tiraram dúvidas

relativamente a este conceito e direito fundamental. Deste modo, formou-se um momento de diálogo aberto, enquanto se criou um “mercado livre de ideias”, na qual os estudantes tiveram a oportunidade de partilhar a sua opinião, de partilhar as suas perspetivas relativamente ao tema e para além disso, tiveram a oportunidade de trocar diversas ideias e posições com os outros colegas, tendo assim a possibilidade de contactar com visões relativamente ao assunto completamente diferentes da sua, aprendendo assim, não só que existem outras perspetivas além das deles, mas também aprenderam a respeitar essas mesmas perspetivas da melhor forma possível. É importante que desde cedo, os estudantes do ensino secundários, tenham momentos de partilha e troca de ideias sobre os diferentes temas, para que enquanto têm a possibilidade de criar e articular as suas próprias ideias e perspetivas, também aprendem a ouvir o outro e aprendam a importância de respeitar e tolerar as opiniões diferentes das suas.

Além disso, também foi realizada uma relação entre a liberdade de expressão e o filósofo Stuart Mill, uma vez que, no caso do 10º ano, os estudantes encontram-se exatamente a trabalhar sobre a ética utilitarista de Stuart Mill e no caso nos alunos de 11º ano já trabalharam essa perspetiva no ano passado, portanto, tanto uma turma como outra conhecem bem este filósofo e a sua teoria. Relativamente à ponte que foi feita entre Stuart Mill e a liberdade de expressão, aquilo que foi feito com os alunos foi uma sistematização relativamente à ideia principal do filósofo e à importância que este atribui à liberdade de expressão.

Por conseguinte, também existiu tempo para introduzir o tema do limite à liberdade de expressão, o Princípio do Dano. Esta forma de introduzir a visão política de Mill e de fazer a relação com o que eles aprenderam durante as aulas relativamente ao filósofo e depois fazer a ponte com o tema que estávamos a discutir, neste caso a liberdade de expressão, permitiu que os estudantes passassem da teoria à prática e percebem a relevância prática do tema e as contribuições que Stuart Mill deu para a discussão do assunto. Por exemplo, quando eu referi e expliquei o princípio do dano, ou seja, o limite que Stuart Mill identifica, como sendo o limite principal à liberdade de expressão, os alunos ficaram muito indignados e sentiram a necessidade de refletir sobre o assunto e partilhar a sua própria visão sobre este princípio. Muitos deles afirmaram e concordaram entre si, que grande parte das vezes os danos psicológicos

que poderão ser causados pelas palavras ou comportamentos de outros, podem ser muito mais prejudiciais do que os danos físicos.

Assim, esta introdução à perspectiva política de Stuart Mill, relativamente à liberdade de expressão serviu, não só para os alunos terem o contacto com um filósofo que já conheciam, mas também para eles perceberem que existem imensas formas de pensarmos relativamente à liberdade de expressão e os seus limites e portanto, não há uma forma certa ou errada de definirmos a liberdade de expressão e aquilo que eu pretendo com esta atividade, que passarei a explicar posteriormente, é que eles se sintam perfeitamente à vontade para partilhar aquilo que pensam e acreditam relativamente à liberdade de expressão e de que forma é que ela pode ser importante para uma escola, para a educação filosófica e para educação em geral.

Organização da atividade em sala de aula

Após o diálogo inicial foram colocadas 4 questões aos alunos sobre o tema²⁴:

1. O que é a liberdade de expressão?
2. De que forma podemos promover a liberdade de expressão nas escolas?
3. De que forma a promoção da liberdade de expressão pode ajudar na criação de escolas inclusivas?
4. Há limites para a liberdade de expressão? Quais?

E foi-lhes pedido que respondessem às questões de forma completamente livre, de forma a partilharem a sua opinião sincera sobre o tema da liberdade de expressão. Posteriormente, de forma que eles não se sentissem constrangidos informei que não era necessário colocar a sua identificação, no entanto, se quisessem estariam à vontade para o fazer. A partir disto, já retirei algumas conclusões. Muitos dos alunos têm de facto receio de partilhar os seus pontos de vista com os outros, muitos por falta de confiança e outros pelo medo de serem julgados. Por outro lado, grande parte dos alunos ficaram extremamente motivados e sentiram-se valorizados por terem a oportunidade de

²⁴ Em anexo estão alguns registos fotográficos das respostas dos alunos às diferentes questões. Por uma questão de proteção de dados, nenhuma das folhas tem os nomes dos alunos.

partilhar a sua opinião verdadeira, não só oralmente, mas também de forma escrita através das respostas às questões.

Relativamente aos alunos que se sentiram um pouco constrangidos em estar a partilhar a sua opinião, muitos deles me chamaram à parte e partilharam comigo a sua preocupação com aquilo que poderiam escrever ou não, aliás alguns deles até afirmaram que não era necessário ler as suas respostas com medo de serem julgados. Esta insegurança dos alunos vem não só da falta de confiança neles próprios, como na falta de confiança na sua escrita e no seu pensamento crítico e na articulação das ideias. E dessa forma, a realização de atividades como esta, na qual os alunos refletem sobre um assunto, articulam as suas ideias, criam as suas próprias opiniões e partilham-nas oralmente e posteriormente através na escrita, pode ajudar na promoção do desenvolvimento de competências fundamentais para os estudantes e ajuda-os a desenvolver tanto o seu pensamento crítico como a escrita.²⁵

Contudo, apesar de alguns alunos estarem pouco à vontade em partilhar a sua opinião e depois escrever sobre ela, como já referi anteriormente, grande parte das turmas quis participar e dar o seu contributo na atividade. Assim, muitos dos estudantes, para além de participar ativamente no diálogo inicial, também decidiu utilizar o papel para partilhar e desenvolver muito mais as suas ideias e pensamentos.

Deste modo, passo a partilhar algumas das respostas dos alunos a algumas das questões feitas:

Tabela 1- Questão 1

Alunos do 10ºCT1 e 11º CT1	O que é a liberdade de expressão?
Alunos 1:	<i>“A liberdade de expressão (na minha opinião) consiste no direito de alguém expressar o seu ponto de vista e opinião sem, por exemplo, ir para a prisão. Pode aplicar-se a música, a poesia, a arte em</i>

²⁵ Através do estágio e do contacto com diferentes alunos e turmas de cursos diferentes, reparei que os estudantes estão com imensas dificuldades, tanto na área da escrita e da leitura, mas também na área do pensamento crítico e da articulação de ideias. Apesar de não ter sido possível, eu gostaria de ter tido mais tempo para implementar e analisar que tipo de atividades poderiam ser uteis para eles e para os ajudar a desenvolver estas áreas.

	<i>geral ou a falar e a manifestações públicas (greves), entre outras formas.”</i>
Aluno 2:	<i>“Liberdade de expressão é a possibilidade de o indivíduo expressar as suas opiniões, pensamentos e estados de espírito. Por exemplo, arte música e as manifestações que antigamente não eram permitidas pelo facto de haver falta de liberdade de expressão.”</i>
Aluno 3:	<i>“A liberdade de expressão é poder dar a nossa opinião sobre assuntos presentes na nossa sociedade, dizer o que pensamos sem ninguém nos agredir, prender ou matar.”</i>

Tabela 2- Questão 3

Alunos do 10ºCT1 e 11º CT1	De que forma é que a promoção da liberdade de expressão pode ajudar na criação de uma escola inclusiva?
Alunos 4:	<i>“A liberdade de expressão nas escolas pode ser promovida através de incentivos à realização de apresentações com temas mais livre, de modo a dar asas à criatividade dos alunos; realização de debates e atividades inter-turmas, de modo a promover não só a liberdade de expressão, mas também a socialização entre pessoas muito diferentes. Ao sentir-se mais confortável e integrado entre os seus colegas, um aluno mais reservado,</i>

	<i>pode sentir-se confortável para exprimir as suas opiniões e sentimentos.”</i>
Aluno 5:	<i>“Somos todos diferentes, mas todos iguais. Ao expressarmos as nossas crenças estamos a aproximar-nos aos outros, pois a partilharmos as nossas diferenças, unimos as nossas parecenças”</i>
Aluno 6:	<i>“Pode ajudar, pois, assim todos os alunos da escola podem expressar a sua opinião e conhecerem-se melhor para haver mais respeito entre todos.”</i>

Tabela 3- Questão 4

Alunos do 10ºCT1 e 11º CT1	Há limites para a liberdade de expressão? Quais?
Alunos 7:	<i>“Eu considero que sim, existem limites para a liberdade de expressão. Embora seja bom não existir um risco de alguém perder a vida (literalmente ou figurativamente, pois ser exilado pode “retirar” a vida normal de alguém). Acho que o limite é ultrapassado com certas ameaças contra os outros (...).Acho que ameaças à vida de outra pessoa ou opiniões “ilegais” são sempre erradas e não se deveria conceber tanta liberdade a essas pessoas.”</i>
Aluno 8:	<i>“É necessário haver limites à liberdade de expressão para que haja um respeito mútuo entre a sociedade. Muitas vezes quando os limites não são respeitados</i>

	<i>ocorrem conflitos onde pessoas inocentes são sacrificadas.”</i>
Aluno 9:	<i>“A liberdade de expressão é algo que deve sim ter limites, pois essas expressões podem causar danos a nível emocional e psicológico e colocar em causa a integridade física de um sujeito. Por exemplo, a expressão de uma ideia, de uma opinião é completamente diferente de uma ofensa, de um preconceito. Levando por vezes a guerras e conflitos que levam à morte de diversos indivíduos devido à falta de limites por parte dessas pessoas.”</i>

Conclusão

Em primeiro lugar, é importante salientar que a atividade do Parlamento dos Jovens foi de facto uma iniciativa fundamental, no que diz respeito ao desenvolvimento de diversas competências, nomeadamente de competências democráticas nos estudantes da escola secundária Carolina Michaelis. Através desta atividade, os alunos tiveram a oportunidade de contactar de uma forma direta com a democracia e com os processos democráticos, compreendendo assim, por um lado, a importância de participar ativamente na política e por outro lado, compreenderam também, a importância de ter uma voz da qual podem usufruir. Relativamente ao tema que foi trabalhado este ano no Parlamento dos Jovens, acredito que tenha sido bastante pertinente, especialmente por este ano ser marcado pelos 50 anos do dia do 25 de Abril, o dia em que lutamos e ganhamos a nossa liberdade e todos os direitos que atualmente adquirimos.

Tal como analisamos anteriormente, esta iniciativa é constituída por diversas fases, das quais prevalece o trabalho tanto dos professores das escolas envolvidas na atividade como dos alunos que escolhem participar. Assim sendo, a sensibilização inicial feita por parte dos professores, através do diálogo com os seus alunos, da demonstração de PowerPoint relativamente ao Parlamento dos Jovens, da explicação do tema e até mesmo colocação de cartazes pela escola, foi algo crucial e foi também o que gerou tanto interesse por parte dos alunos, especialmente por ser um tema que pertence a todos nós.

Por sua vez, o debate realizado na escola entre as listas foi também crucial, uma vez que, permitiu que cada uma das listas partilhasse e explicasse as suas medidas às restantes e todos os alunos da escola. Assim, ao partilhar e ouvir as questões e críticas feitas, os representantes de cada uma das listas, tiveram de defender as suas medidas ao mesmo tempo que construíam contra-argumentos para as medidas das outras listas. Os alunos, foram capazes de partilhar todas as suas ideias, opiniões e pensamentos da forma mais cordial possível, ouvindo e respeitando sempre as críticas e as opiniões de todos os colegas. Este foi um dos momentos, em que a liberdade de expressão foi experienciada da melhor forma, com todo o respeito, tolerância e pertinência possível. Apesar da sessão do debate ter corrido bastante bem, quando o deputado da

Assembleia da República chegou, ocupou mais tempo do que aquilo que era desejado e dessa forma, acabou impossibilitar que o debate entre as listas continuasse, algo que do meu ponto de vista foi um ponto bastante negativo, uma vez que, o debate entre as listas era o objetivo principal dessa sessão e foi o que ocupou menos tempo.

A sessão escolar, correu extremamente bem, nela os estudantes que se apuraram após as votações, partilharam e discutiram uns com os outros todas as ideias e medidas e em conjunto reformularam as medidas de forma a levarem as melhores ideias ao Parlamento. No final desta sessão, realizaram-se as votações dos deputados jovens que iriam à sessão distrital representar a escola.

Já na sessão distrital, estavam presentes todas as escolas do círculo do Porto que quiseram participar e a sessão estava extremamente bem organizadas, no entanto, cada um dos deputados das escolas tinham muito pouco tempo para intervir e não era possível debaterem entre si as medidas o que do meu ponto de vista devia ser reformulado. Acredito que deveria haver espaço durante a sessão para os alunos dialogarem entre si relativamente as diferentes medidas. Apesar disso, existiram bastantes momentos em que os deputados jovens das diferentes escolas tiveram a oportunidade de se juntar, partilhar e debater entre si as suas propostas e ideias, acredito que esta interação foi crucial para toda a atividade, uma vez que, os estudantes conseguiram interagir uns com os outros, partilharam as suas opiniões e crenças, criaram alianças que depois também lhes foi útil, debaterem e trocaram ideias e através disso, tiveram a oportunidade de contactar com outras visões relativamente ao tema. Esta sessão correu bastante bem para a nossa escola, uma vez que, nos apuramos para a fase nacional. Por sua vez, a sessão nacional foi em Lisboa, na Assembleia da República e contou com a presença de todas as escolas apuradas e de um deputado representante de cada um dos partidos da Assembleia da República. Esta sessão, foi dividida em vários momentos, momentos em que os estudantes contactaram e conversaram com os deputados da assembleia da república, momentos em que estes colocaram questões aos deputados, momentos em que partilharam medidas, momentos em que tiveram de proceder a votações, momentos de convívio entre todos os círculos do país e momentos em que se cantou, A Portuguesa e a Grândola Vila morena.

Assim, tal como comprovamos através da atividade do Parlamento dos Jovens e tal como defendia Stuart Mill, a existência de liberdade de expressão é fundamental

numa sociedade, uma vez que só assim, é possível que haja confronto de ideias, confronto este que permite que os indivíduos tenham contacto com outras crenças, com verdades de outros indivíduos e com os seus pensamentos. E também através deste confronto e troca de ideias que os indivíduos se desenvolvem, que aprendem que as diferenças de ideias também podem ser positivas para o desenvolvimento do nosso conhecimento e que aprendem a importância de sabermos utilizar a liberdade de expressão de uma forma responsável. Temos sempre de respeitar e tolerar os outros, por muito que as suas ideias sejam contrárias às nossas. Todos nós temos o direito de partilhar aquilo que acreditamos, desde que isso ao ultrapasse os limites do que é aceitável. E estes limites segundo Stuart Mill seriam causar ou ameaçar causar danos físicos a outros. No entanto, obviamente esta questão dos limites é bastante mais complexa.

Deste modo, todos os indivíduos, especialmente os estudantes do ensino secundário, que ainda não têm a sua identidade totalmente construída, são totalmente influenciados pelo seu contexto e pelas suas experiências. E dessa forma, é crucial que os estudantes percebam que a melhor maneira que temos de tentarmos compreender as ideias, crenças e os pensamentos dos outros é tentar refletir sobre o contexto e sobre as suas circunstâncias. Muitas das vezes, quando conhecemos as experiências que outros indivíduos tiveram no seu passado, conseguimos compreender algumas das suas atitudes e tendemos a ter mais facilidade em ser tolerantes para com essas mesmas pessoas. O mesmo acontece com os estudantes nas escolas, quando têm conhecimento de algumas situações mais sensíveis dos colegas procuram ser um pouco pacientes e empáticos para com esse colega, portanto, considero que faz parte da nossa responsabilidade enquanto, não só mas também, educadores, sensibilizar todos os nossos alunos, da importância de sermos tolerantes com os outros e de respeitar a diversidade e a diferenças, até porque, é importante existirem pessoas com perspetivas e crenças diferentes das nossas, para que possamos debater sobre elas, para que haja alguém que nos desafie e que critique as nossas posições e para que nós sejamos capazes de as defender da melhor forma possível. Se não existir alguém que desafie e que ponha em causa as nossas crenças, elas acabarão por não evoluir e se desenvolver. Dessa forma, é crucial que haja confronto de ideias e de crenças, no entanto, é igualmente fundamental sabermos respeitar todas as posições que são opostas às

nossas ao mesmo tempo que somos capazes de defender e justificar aquilo em que acreditamos. Portanto, tal como afirmava John Dewey, a melhor forma de aprendermos é através da experiência, e por isso, quanto mais os estudantes contactarem e experienciarem a liberdade de expressão, mais facilmente compreenderão a sua importância e a responsabilidade que ela acarreta. A verdade é que esta iniciativa do Parlamento dos jovens, foi extremamente importante do que diz respeito à ideia de colocar os nossos estudantes numa posição em que contactam diretamente com a democracia, com possibilidade de terem uma voz e de darem voz aos outros e além disso, é também através de iniciativas como estas que os alunos compreendem a grande responsabilidade que é sermos livres e vivermos numa democracia que nos permite partilhar aquilo em que acreditamos. A experiência é de facto muito importante para a aprendizagens dos alunos do ensino secundário e esta atividade é a prova disso.

Assim, é importante referir que ao longo de todo o relatório procurei realizar uma ligação entre a conceção de educação de John Dewey a liberdade de expressão em Stuart Mill e o projeto do Parlamento dos Jovens.

Bibliografia

- Almeida, A., & Murcho, D. (2014). *Janelas para a filosofia*. Lisboa: Gradiva.
- Bortoli, F. (12 de Novembro de 2022). *Lidar com opiniões diferentes: Aprenda a importância e como fazer*. Obtido de Psicólogo:
<https://www.psicologo.com.br/blog/opinioes-diferentes/>
- Coutinho, R. (2022). *Desinformação e democracia: perspectivas filosóficas para o ensino secundário*. Obtido de Repositório aberto da Universidade do Porto:
<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/145328/2/591206.pdf>
- Couto, A. (22 de Março de 2010). *Liberdade de expressão*. Obtido de Critica na rede:
<https://criticanarede.com/freespeech.html>
- Cruz, M. T. (2015). *Educação e Valores*. Porto: Porto Editora.
- Dewey, J. (1916). *Democracia e educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Mill, J. S. (2005). *Utilitarismo*. Porto: Porto Editora.
- Mill, S. (2017). *Sobre a liberdade*. São Paulo: Companhia das letras.
- Philosophy, S. E. (1 de Novembro de 2018). *John Dewey*. Obtido de The Stanford Encyclopedia of Philosophy: <https://plato.stanford.edu/entries/dewey/>
- Polónio, A. (11 de Janeiro de 2017). *As ceroulas do Mangas*. Obtido de Critica na rede:
<https://criticanarede.com/liberdadeexpressao.html>
- Portuguesa, R. (21 de Julho de 2017). *Perfil dos Alunos à Saida da Escolaridade Obrigatória*. Obtido de Perfil dos Alunos à Saida da Escolaridade Obrigatória:
https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Público, M. (10 de Dezembro de 1978). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Obtido de Ministério Público Portugal:
https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf
- Républica, A. (9 de Fevereiro de 2024). *Parlamento dos Jovens 2024*. Obtido de Parlamento dos jovens Ensino Secundário:
<https://jovens.parlamento.pt/sec2024/Paginas/apresentacao.aspx>
- Républica, A. d. (26 de Junho de 2024). *Parlamento dos jovens secundário*. Obtido de Parlamento dos jovens secundário: <https://jovens.parlamento.pt/sec2024>

Silva, M. Â., & Coelho, C. (28 de Maio de 2007). *Educação para a tolerância numa escola inclusiva e plural para todos*. Obtido de Universidade de Aveiro:
<http://hdl.handle.net/10773/6952>

Warburton, N. (2020). *Liberdade de expressão: Uma breve introdução*. Oxford: Dialética.

Warburton, N. (2003). *Pensar Por Si Próprio: Um guia de Introdução à Filosofia*. Lisboa: Edições 70.

Warburton, N. (2007). *Elementos básicos da filosofia*. Lisboa: Gradiva.

Wolf, J. (2004). *Introdução a filosofia política*. Lisboa: Gradiva.

Anexos

Anexo I



Figura 1 Cartaz parlamento dos jovens 2023/2024 retirado do website oficial (Républica A. d., 2024)

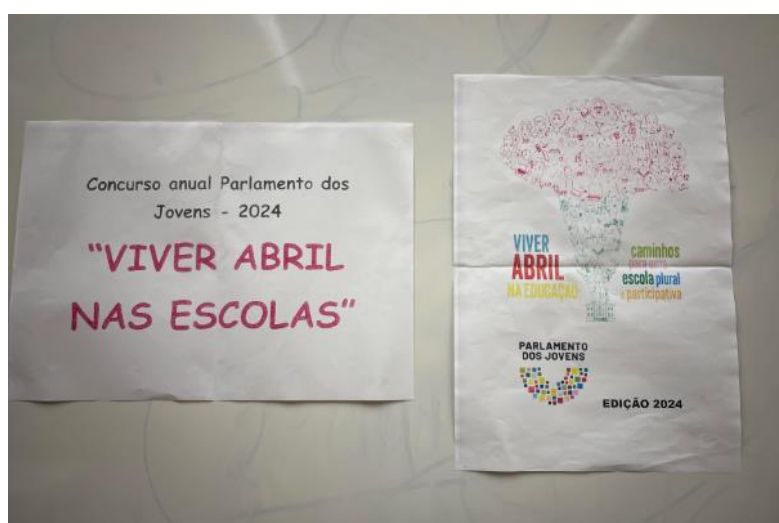


Figura 2 Alguns dos cartazes afixados na escola

Anexo II



Figura 3 Registos fotográficos debate ensino secundário

Anexo III

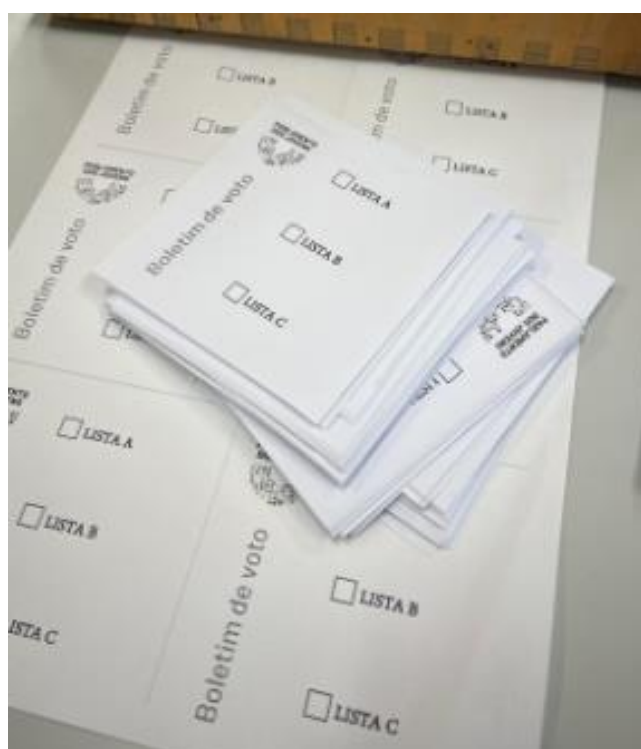


Figura 4 Votações e eleições dos deputados jovens para a sessão escolar

PARLAMENTO DOS JOVENS secundário

ATA DE APURAMENTO DA ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS À SESSÃO ESCOLAR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CAROLINA MICHAÉLIS

Aos dezassete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório 0.3 da Escola Básica e Secundária Carolina Michaélis, reunida, pelas treze horas e quinze minutos, a Assembleia de Voto composta pelo Presidente da Mesa Professora Maria Amélia Castro e pelo Professor José Valente, pelos estudantes Manuel Teixeira, Rui Teixeira, Telma Duque, pelos professores estagiários de Filosofia Inês Sousa, Gonçalo Teixeira e José Monteiro, e pelos representantes das listas A, B e C a fim de se proceder ao apuramento dos resultados da eleição para os deputados à Sessão Escolar e à proclamação dos candidatos eleitos.

Os resultados apurados foram os seguintes:

Número de eleitores inscritos:	433
Número de votantes:	210
Número de votos brancos:	3
Número de votos nulos:	12

N.º de votos obtidos:	N.º de mandatos obtidos:
Lista A: 29	4
Lista B: 104	10
Lista C: 62	9

Figura 5 Ata de apuramento dos deputados à sessão escolar

Anexo V

Agenda da sessão escolar:

Sequência da Sessão Escolar:	Tempo:
Apresentação e defesa das medidas constantes no programa eleitoral por cada uma das listas.	Limite máximo de 3 minutos para cada lista
Debate: Resposta a pedidos de esclarecimento sobre o conteúdo das medidas das outras listas. OU comentários sobre as diversas medidas	Limite máximo de 10 minutos para cada lista
Após o período de debate - se os deputados mostrarem interesse em fundir propostas, o Presidente dá início a um período de negociação entre listas sobre as respectivas medidas, para eventuais alterações de redação (as listas podem negociar adotando uma das medidas, reformulando-as ou inserindo uma nova ideia que resulte do debate).	Limite máximo de 15 minutos.
Após o debate, o Presidente coloca à votação as propostas apresentadas, uma a uma (cada deputado tem direito a um voto, incluindo os membros da Mesa).	
O Presidente deve: a) Anunciar o número de votos que cada proposta obteve; b) Informar a assembleia de quais as propostas mais votadas ; c) Repetir a votação , caso se verifiquem empates , para apurar as 3 medidas mais votadas que integram o Projeto de Recomendação da escola.	
O Presidente dá início ao processo de eleição, por voto secreto, dos deputados efetivos que vão defender o Projeto de Recomendação da escola na respectiva Sessão Distrital e de um deputado suplente.	

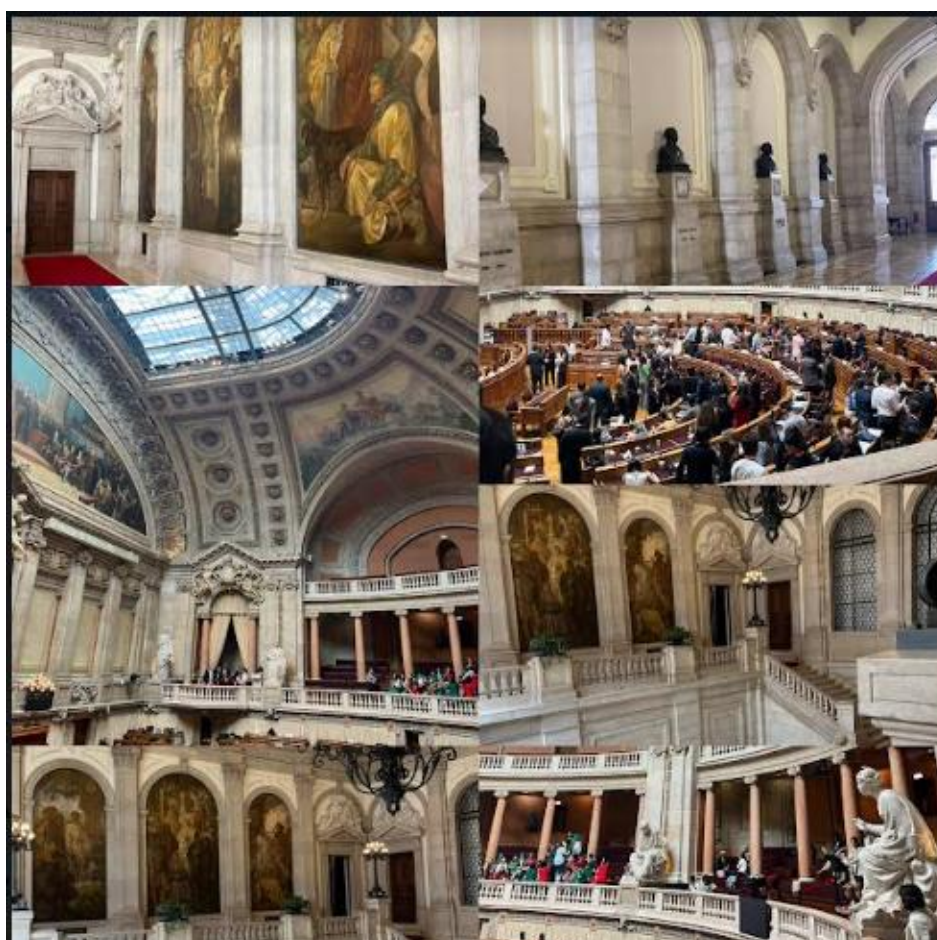
Anexo VI

Registos fotográficos

Sessão distrital:



Sessão nacional:



Questões feitas ao ChatGPT

Todas as questões que foram feitas foram no intuito de adquirir clarificações de conceitos, de ter alguma ideia inicial sobre algum assunto ou então procurar bibliografia e capítulos importantes que pudessem ser úteis para o presente relatório. Dessa forma, nunca foi utilizado o texto fornecido pelo chat, apenas foram retiradas ideias simples.

Questão 1: Como podemos promover a liberdade de expressão nas escolas?

- Resposta: Promoção da Liberdade de Expressão em Escolas: 1. Criação de Espaços de Diálogo: Estabelecer fóruns abertos para discussões onde estudantes e professores possam expressar suas opiniões sobre diferentes temas, incentivando o respeito às diversidades. 2. Educação para a Cidadania: Integrar programas educacionais que abordem a importância da liberdade de expressão, promovendo o entendimento crítico e a responsabilidade associada a esse direito. 3. Incentivo à Diversidade de Perspetivas: Valorizar e incentivar a diversidade de opiniões e perspetivas, promovendo um ambiente inclusivo onde cada voz é ouvida e respeitada. 4. Formação de Debates Estruturados: Implementar atividades que envolvam debates estruturados, proporcionando aos estudantes a oportunidade de desenvolver habilidades de argumentação e escuta ativa. 5. Mediação e Resolução de Conflitos: Introduzir métodos eficazes de mediação e resolução de conflitos, garantindo que o exercício da liberdade de expressão não comprometa o ambiente harmônico da escola. Ao adotar essas estratégias, as escolas podem contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade educacional mais rica, inclusiva e participativa, onde a liberdade de expressão é valorizada e respeitada. Espero que isso seja útil para o seu relatório de estágio.

Questão 2: Que capítulos da obra “Democracia e educação”, podem ser mais importantes para o tema da liberdade de expressão?

- Em "Democracia e Educação", John Dewey discute a importância da liberdade de expressão e sua relação com a educação em vários capítulos, mas

principalmente nos capítulos 7, 8 e 9. Nestes capítulos, ele explora como a liberdade de expressão contribui para o desenvolvimento individual e social dos alunos, bem como para a formação de uma sociedade democrática. Dewey argumenta que a sala de aula deve ser um espaço onde os alunos sintam-se livres para expressar suas opiniões e participar ativamente do processo educacional.

- Nos capítulos 7, 8 e 9 de "Democracia e Educação", John Dewey aborda a importância da liberdade de expressão na educação de várias maneiras. Aqui está um resumo detalhado do que ele discute: 1. Capítulo 7 - A liberdade individual e a autoridade social na educação: Dewey discute como a educação deve equilibrar a liberdade individual dos alunos com a autoridade social. Ele argumenta que a liberdade de expressão é crucial para o desenvolvimento dos indivíduos, permitindo-lhes participar ativamente do processo educacional e desenvolver habilidades de pensamento crítico. Dewey destaca que a autoridade do professor não deve ser exercida de forma autoritária, mas sim como um guia que facilita a livre expressão e o pensamento independente dos alunos. 2. Capítulo 8 - A escola como um meio de educação social: Neste capítulo, Dewey explora como a escola pode ser um espaço para preparar os alunos para a vida em uma sociedade democrática. Ele argumenta que a liberdade de expressão na sala de aula é fundamental para ensinar aos alunos como participar ativamente da sociedade e como se relacionar com os outros de maneira respeitosa e construtiva. Dewey enfatiza que a educação não deve apenas transmitir conhecimento, mas também promover valores democráticos, como o respeito pela diversidade de opiniões e a habilidade de resolver conflitos de forma pacífica. 3. Capítulo 9 - A escola como uma forma de vida social: Neste capítulo, Dewey discute como a escola pode ser um microcosmo da sociedade, onde os alunos aprendem a colaborar, negociar e tomar decisões coletivas. Ele enfatiza que a liberdade de expressão na sala de aula é essencial para criar um ambiente onde os alunos possam experimentar e praticar essas habilidades sociais. Dewey argumenta que a educação não deve apenas preparar os alunos para o sucesso individual, mas também para se tornarem cidadãos ativos e responsáveis em uma sociedade democrática. Em resumo, Dewey acredita que a liberdade de expressão na educação é fundamental para o desenvolvimento individual e

social dos alunos, preparando-os para uma participação ativa em uma sociedade democrática. Ele enfatiza que a sala de aula deve ser um espaço onde os alunos se sintam livres para expressar suas opiniões e onde a autoridade do professor seja exercida de forma democrática, incentivando o pensamento crítico e a participação dos alunos.

Questão 3: Eu acredito que atividades como o Parlamento dos jovens e a realização de debates seja importante para promover a liberdade de expressão nas escolas, achas que faz sentido afirmar isto?

- Claro que sim, o Parlamento Jovem e os debates nas escolas desempenham um papel crucial na promoção da liberdade de expressão, proporcionando às estudantes oportunidades significativas para desenvolver habilidades comunicativas e participar ativamente no processo democrático. 1. Amplificação das Vozes Estudantis 2. Desenvolvimento de Habilidades de Argumentação. 3. 4. Fomento do Pensamento Crítico. 5. Criação de Ambientes Inclusivos. 6. Desenvolvimento de Cidadãos Ativos.
- Ao envolver os estudantes em atividades como o Parlamento Jovem, as escolas os capacitam a se tornarem cidadãos ativos e conscientes. Essa participação prepara os jovens para contribuírem positivamente na sociedade, promovendo o engajamento cívico. Em resumo, o Parlamento Jovem e os debates escolares são ferramentas valiosas na promoção da liberdade de expressão, capacitando os estudantes a se expressarem, desenvolverem habilidades essenciais e se envolverem ativamente na construção de comunidades escolares e sociedades mais abertas e participativas.